



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



PALLOMA EFIGÊNIA QUIRINO

**A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA E MÃE SOLO: ABANDONO PATERNO NOS
BAIRROS ATENDIDOS PELO CRAS PADRE FARIA EM OURO PRETO, MG**

MARIANA/ MG
2025

PALLOMA EFIGÊNIA QUIRINO

**A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA E MÃE SOLO: ABANDONO PATERNO NOS
BAIRROS ATENDIDOS PELO CRAS PADRE FARIA EM OURO PRETO, MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para
aquisição de diploma em Bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.

MARIANA/MG
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Q8s Quirino, Palloma Efigenia.
A solidão da mulher negra e mãe solo [manuscrito]: abandono paterno nos bairros atendidos pelo CRAS Padre Faria em Ouro Preto, MG. / Palloma Efigenia Quirino. - 2025.
89 f.: il.: gráf..

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Ouro Preto (MG). 2. Mães negras - Ouro Preto (MG). 3. Programas de estágio - Ouro Preto (MG). 4. Racismo - Ouro Preto (MG). 5. Serviço social - Ouro Preto (MG). I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.12(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Palloma Efigênia Quirino

A solidão da mulher negra e mão solo: abandono paterno nos bairros atendidos pelo CRAS Padre Faria em Ouro Preto, MG

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 18 de março de 2025

Membros da banca

[Professor Doutor] - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Professora Doutora] - Raquel Mota Mascarenhas - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Bacharel em Serviço Social] - Liliane Silva Vilas Boas - (Grupo Projeta)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/03/2025



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, COORDENADOR(A) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 21/03/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0879974** e o código CRC **8AC4E1E7**.

A todas as mulheres, especialmente às mães solo, que tive o privilégio de conhecer durante meu estágio e ao longo da minha vida. A essas mulheres: 'Quero pedir desculpas a todas aquelas que descrevi como bonitas antes de dizer que eram inteligentes ou corajosas. Fico triste por ter falado como se algo tão simples quanto a aparência fosse seu maior orgulho, quando, na verdade, seu espírito já despedaçou montanhas.' Rupri Kaur

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir ser mais uma da família que se forma, tendo a possibilidade de celebrar essa conquista. Sou grata aos meus pais, que, cada um à sua maneira, criaram as condições para que eu seguisse meus estudos.

Agradeço imensamente à minha madrinha, Valkiria Pinheiro, por estar presente na minha apresentação de TCC e por ter vibrado ao meu lado, compartilhando desse momento tão importante comigo.

À minha avó Maria Cota, que sempre me aconselhou que o melhor caminho na vida são os estudos; sinto muito a sua falta.

Às funcionárias do CRAS Padre Faria, que me acolheram com tanto carinho, especialmente à coordenadora Fátima Baudson, que sempre esteve atenta às minhas questões e gratidão a Liliane Vilas Boas e Adriana Viana, que me orientaram durante o período de estágio, tornando a jornada mais leve.

À professora Raquel Mota Mascarenhas - Keko Pataxó por ter sido uma excelente avaliadora e por ter oferecido ótimas sugestões. Você é uma verdadeira inspiração para a luta indígena em Minas Gerais.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Rodrigo Ribeiro, pela paciência e apoio fundamental na construção deste trabalho.

*Me levanto
sobre o sacrificio
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além
– Legado
RUPI KAUR*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social aborda o machismo e o racismo estrutural vivenciados pelas mulheres negras e mães solo em uma sociedade capitalista. O interesse por este tema surgiu a partir das observações realizadas pela discente durante seu estágio no CRAS Padre Faria. Inspirada nas reflexões de Lélia Gonzalez, é possível perceber que, desde a época colonial até os dias atuais, há uma clara divisão no espaço físico ocupado por dominadores e dominados, evidência do racismo estrutural presente na sociedade. O lugar “natural” do grupo branco dominante está nos espaços mais valorizados da cidade, enquanto os bairros periféricos e precários são destinados à população negra. É importante destacar que uma das formas de minimizar o racismo é responsabilizar o indivíduo pelas expressões da questão social que vivenciam. O mito da democracia racial e a ideia de meritocracia cumprem esse papel de culpabilizar os sujeitos. A mulher negra, historicamente vista como objeto de desejo desde a época da escravidão, é um exemplo dessa dinâmica. Essas mulheres eram forçadas a satisfazer os desejos de seus senhores e a criar e a amamentar os filhos das senhoras brancas, enquanto seus próprios filhos eram negligenciados e abandonados. O uso da expressão "mãe preta" ainda persiste, mas ela é problemática, pois desconsidera o fato de que essas mulheres eram, de fato, mães que educavam crianças brancas, enquanto seus próprios filhos viviam em condições de abandono. O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre o racismo estrutural e o machismo direcionados às mulheres negras e mães solo. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se baseia no materialismo histórico dialético e em uma revisão bibliográfica sobre o tema, complementada através de uma análise documental dos dados nos arquivos físicos de informações dos usuários do CRAS, a partir de uma análise do fenótipo aparente das usuárias nos documentos da instituição. Observa-se que não há nenhum registro nos cadastros que contenha a autodeclaração das usuárias quanto à sua etnia, cor ou identidade racial. Os cadastros são referentes aos anos de 2023 e 2024, nos bairros com maior número de atendimentos: Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e explicativa, com o intuito de discutir temas como racismo, machismo e a solidão das mulheres negras, entre outros. O trabalho busca contribuir para a formação de estudantes e profissionais de Serviço Social, preparando-os para lidar com as usuárias que enfrentam diversas expressões da questão social dentro das políticas públicas.

Palavras-chave: Capitalismo. Racismo. Mulheres Negras. Mães. Estágio em Serviço Social.

ABSTRACT

This Social Work undergraduate thesis addresses sexism and structural racism experienced by Black women and single mothers in a capitalist society. The interest in this topic arose from the student's observations during her internship at CRAS Padre Faria. Inspired by the reflections of Lélia Gonzalez, it is evident that from colonial times to the present day, there has been a clear division in the physical spaces occupied by the dominant and the dominated, a sign of the structural racism present in society. The "natural" place of the dominant white group is in the most valued areas of the city, while peripheral and precarious neighborhoods are designated for the Black population. It is important to highlight that one of the ways racism is minimized is by making individuals responsible for the social issues they experience. The myth of racial democracy and the idea of meritocracy serve this purpose by blaming individuals. Black women, historically seen as objects of desire since the time of slavery, exemplify this dynamic. These women were forced to satisfy the desires of their masters and to raise and breastfeed the children of white women, while their own children were neglected and abandoned. The use of the expression "black mother" still persists, but it is problematic as it disregards the fact that these women were, in fact, mothers who raised white children while their own children lived in conditions of neglect. The main objective of this study is to reflect on structural racism and sexism directed at Black women and single mothers. Regarding methodological procedures, the research is based on dialectical historical materialism and a bibliographic review on the subject, complemented by a documentary analysis of data from the physical records of CRAS users, using an analysis of the apparent phenotype of the users in the institution's documents. It was observed that there is no record in the forms that includes users' self-declaration regarding their ethnicity, color, or racial identity. The records analyzed correspond to the years 2023 and 2024 and focus on the neighborhoods with the highest number of service cases: Alto da Cruz, Morro Santana, and Piedade. The research adopts an exploratory and explanatory approach, aiming to discuss topics such as racism, sexism, and the solitude of Black women, among others. The study seeks to contribute to the education of Social Work students and professionals, preparing them to assist users facing various expressions of social issues within public policies.

Keywords: Capitalism. Racism. Black Women. Mothers. Social Work Internship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS:

Gráfico 1 - Usuário de RF Familiar	64
Gráfico 2 - Fenótipo Perceptível	67
Gráfico 3 - Demanda do Atendimento	70
Gráfico 4 - Estado Civil declarado pelas usuárias.....	71
Gráfico 5 - Usuárias que recebem o Bolsa Família.....	72
Gráfico 6 - Usuárias que declaram receber pensão.....	73

LISTA DE SIGLAS

BF	Bolsa Família
BPF	Benefício de Prestação Continuada
CB	Cesta Básica
CEP	Código de Ética Profissional
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONGS	Organizações Não Governamentais
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEP	Projeto Ético Político
PIVIC	Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
QS	Questão Social
RF	Referência Familiar
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1 - Capitalismo dependente, racismo e a crítica à perspectiva familista da Assistência Social.	14
1.1. O processo de acumulação capitalista na dependência.	14
1.2. O racismo estrutural no capitalismo dependente.	23
1.3. Desafios e Conquistas: A História da Política Social no Brasil e o Papel do Serviço Social na Sociabilidade Capitalista	33
1.4. A lógica familista na Política de Assistência Social.	38
1.5. O público principal: A mulher negra e mãe solo. Como o patriarcado e o racismo afetam a vivência dessas mulheres na sociabilidade capitalista.	45
Capítulo 2: O predomínio das mulheres negras e mães solo como público majoritário do CRAS Padre Faria.	52
2.1. Ouro Preto: o território do CRAS Padre Faria	52
2.2. O perfil dos usuários do CRAS Padre Faria	56
2.3 Coleta e análise de dados.	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	89

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo feminismo começou no ensino médio, quando conheci a autora e artista Frida Kahlo. A força daquela mulher, sua trajetória de vida e sua rebeldia despertaram em mim o desejo de entender mais sobre o assunto e de me reconhecer como feminista. Influenciada por mulheres fortes como ela, passei a acreditar que a educação tem o poder de transformar vidas.

A partir disso, minha trajetória acadêmica teve início na pandemia em 2020, o que impactou consideravelmente minha experiência como discente. Em 2021, tive a oportunidade de atuar como voluntária no Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC): “Tendências da produção de conhecimento na graduação em Serviço Social: uma análise das monografias do curso.” No ano seguinte, entrei como bolsista no Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP) : “O Banco Mundial e a incorporação de tecnologias no setor de saúde”, o qual me levou a apresentar um vídeo no Encontro de Saberes de 2022. Em 2023, participei do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP) “Retomada Indígena em MG”, e apresentei em 2024 o projeto no Encontro de Saberes. Além de poder frequentar congressos e seminários da área de Serviço Social, graças ao retorno das atividades presenciais, tive o privilégio de continuar meus estudos, enquanto muitos colegas precisaram desistir por motivos pessoais e financeiros.

Em 2023, durante o período de estágio, realizei algumas entrevistas, e uma delas foi no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Padre Faria, em Ouro Preto, Minas Gerais (MG). Foi lá que me identifiquei profundamente com o local e as profissionais, o que me levou a ser escolhida para realizar o estágio obrigatório não remunerado na instituição. No meu primeiro dia, percebi a alta demanda de mulheres mães solo em busca de cestas básicas e observei que, em sua maioria, o perfil dessas mulheres eram negras. Esse fato gerou em mim a inquietação de escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a partir dessa realidade.

Os objetivos da pesquisa deste trabalho é provocar reflexões acerca do racismo estrutural e o machismo que afetam majoritariamente mulheres negras e mães solo. As hipóteses apresentadas são referentes ao alto índice de atendimento desse público no CRAS Padre Faria e a percepção que a maioria da demanda das usuárias é a cesta básica.

Os procedimentos metodológicos são baseados no materialismo histórico dialético e em uma análise bibliográfica sobre o tema, complementada por uma análise documental

dos dados nos arquivos físicos de informações dos usuários do CRAS, a partir de uma análise do fenótipo aparente das usuárias nos documentos da instituição, observa-se que não há nenhum registro nos cadastros que contenha a autodeclaração das usuárias quanto à sua etnia, cor ou identidade racial. Os cadastros são referentes aos anos de 2023 e 2024, nos bairros com maior número de atendimentos: Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e explicativa.

Ressalto que os dados dos usuários são sigilosos e acessíveis apenas pelas técnicas da instituição. No entanto, tive o aceite da coordenadora do CRAS para acessar essas informações exclusivamente para fins de pesquisa, respeitando todas as normas de confidencialidade e ética. O aceite da coordenadora encontra-se em anexo.

Ao todo na instituição há 4.032 cadastros distribuídos em 16 bairros. Os bairros utilizados nesta pesquisa são: Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade, que juntos totalizam 1.895 cadastros, contudo, tive acesso a 1.074. Utilizei como método na pesquisa primeiramente olhar se a usuária foi atendida no ano de 2023 ou 2024, após isso se a mesma possuía filhos menores de idade, e qual o estado civil declarado pela mulher, sendo que as mulheres casadas foram excluídas da pesquisa já que infere-se que se a mesma é casada o genitor das crianças participam da criação dos filhos. Também li as entrevistas das mulheres e nelas as mesmas falam se recebem pensão alimentícia e se recebem o Bolsa Família.

A partir de uma análise do fenótipo aparente das usuárias nos documentos da instituição, observa-se que não há nenhum registro nos cadastros que contenha a autodeclaração das usuárias quanto à sua etnia, cor ou identidade racial. Apesar de ser possível inferir, de forma superficial e subjetiva, algumas características fenotípicas presentes nas imagens ou informações fornecidas, essas observações não substituem uma autodeclaração formal e explícita por parte das usuárias. Isso implica que o cadastro institucional não está alinhado com uma prática inclusiva e precisa de autoreconhecimento racial, o que é crucial para políticas afirmativas e de promoção da diversidade. Assim, a falta dessa autodeclaração nos documentos compromete a precisão das informações sobre a composição racial e pode gerar dificuldades para implementar ações eficazes de igualdade racial e de inclusão.

Foi nesse contexto de aprendizado e reflexão que comecei a perceber com mais clareza a complexidade das relações sociais e, em particular, a realidade das mulheres negras, que enfrentam uma dupla opressão. Elas não sofrem apenas por serem mulheres, mas também por serem negras.

Davis (2016), aponta que as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as mulheres brancas, um padrão que remonta à escravidão. No sentido do trabalho, elas enfrentavam a mesma opressão que os homens, mas também sofrendo abusos específicos, como o abuso sexual. Os senhores as tratavam conforme a conveniência: quando útil, eram vistas como homens; quando não, eram reduzidas ao papel de mulheres (fêmeas) e sofriam abusos dessa condição.

A partir de Davis (2016), podemos refletir que a história da escravidão evidencia a ligação entre o racismo e o sexismo, assim, as mulheres negras sofrem uma dupla marginalização, exploradas pelo seu gênero e sua raça. A opressão vivenciada pelas mulheres negras não pode ser compreendida sem considerarmos essas duas dimensões de sua experiência.

Nesse contexto, o Brasil apresenta uma formação particular no capitalismo, com uma herança do escravismo que ainda se reflete nas relações sociais e na cultura do país. A persistência dessa herança contribui para a manutenção de estruturas que perpetuam a marginalização das mulheres negras, reproduzindo, até os dias de hoje, as desigualdades de gênero e raça que marcaram sua história desde o período da escravidão. Portanto, é crucial compreender como essas questões interagem e continuam a influenciar as experiências das mulheres negras no Brasil contemporâneo. Essa herança tem gerado, até os dias de hoje, uma desqualificação presente nas relações entre capital e trabalho, caracterizando as dinâmicas sociais brasileiras (Ianni, 1989). O desenvolvimento social no Brasil, conforme apontado por Ianni (2004, apud Bonfim, 2015, p. 89), foi desigual e combinado, com diferentes perspectivas sobre a Questão Social (QS) ao longo da história, influenciadas por teorias como o evolucionismo, darwinismo social e o positivismo. Em alguns estudos, a pobreza e a miséria foram tratadas como condições naturais ou uma culpa dos próprios indivíduos em situação de vulnerabilidade.

No entanto, essas abordagens não buscam revelar as causas e as dinâmicas que geram e perpetuam as desigualdades no país. Ianni (2004, apud Bonfim, 2015) critica essas teses por não explicarem adequadamente os fundamentos das desigualdades brasileiras, e a análise deve considerar as especificidades da formação econômica, política, social e cultural do Brasil. Bonfim (2015), destaca que esses elementos criaram uma abordagem particular da QS no país, marcada pela ideologia do favor e o paternalismo, como apontado por Cerqueira Filho (1982, apud Bonfim, 2015).

A efetivação dos direitos sociais conquistados historicamente pela classe

trabalhadora, resultado de suas lutas políticas e organizacionais, tornou-se um grande desafio, especialmente no contexto neoliberal. Com a Constituição Federal de 1988 (CF), alguns direitos adquiriram caráter universal, mas o Brasil ainda enfrenta dificuldades na implementação desses direitos em tempos de ataques às políticas sociais. O processo de mundialização do capital e a expansão do neoliberalismo impactam diretamente na concretização dos direitos sociais, afetando também o trabalho dos assistentes sociais. A realidade social, marcada pela regressão de direitos e os retrocessos impostos pelo Estado, revela as influências do contexto socioeconômico e político nos processos de trabalho.

Há uma evidente crise na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), refletida no crescente hiato entre os princípios de igualdade presentes na CF 1988 e a realidade vivida por milhares de cidadãos. O desmonte de direitos sociais e as contrarreformas antidemocráticas impõem novos desafios ao Serviço Social, que precisa enfrentar demandas e adaptar suas formas de intervenção e condições de trabalho. Os usuários das políticas sociais devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, e não apenas como indivíduos que atendem ou não aos critérios de políticas seletivas, que excluem muitos que não se encaixam nos parâmetros estabelecidos, como aqueles fora do mercado formal de trabalho ou que não são considerados "pobres nos termos da lei", ou seja, apesar de serem consideradas legalmente pobres, podem não estar em situação tão precária em termos de necessidades básicas e oportunidades.

A sociedade capitalista, à medida que se desenvolve, aliena cada vez mais as relações sociais de produção, confrontando os indivíduos com as forças externas que os dominam. A transformação das relações sociais em mercadorias e dinheiro, como descrito por Yamamoto (2010), reflete o processo de auto alienação humana, típico do capitalismo. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil ocorreu rodeada de contradições, e as mudanças nas relações de trabalho foram acompanhadas pela necessidade de uma nova moralidade vinculada ao trabalho como valor essencial para o progresso nacional.

No entanto, a valorização do trabalho não acompanhou a afirmação dos direitos dos trabalhadores, que ao longo da história do país tiveram as suas expressões da QS tratados como casos de polícia e desordem. Isso gerou obstáculos para a implementação de políticas públicas, especialmente no que se refere à Assistência Social. Foi somente após a CF de 1988 que começou a se vislumbrar uma estrutura pública de proteção social, ainda que o cenário para a efetivação de direitos sociais seja hostil, com um contexto de seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização.

A LOAS, instituída pela Lei n. 8.742 em 1993, trouxe avanços na efetivação da Assistência Social como política pública, reconhecendo-a como um direito do cidadão e dever do Estado, a quem necessitar. Contudo, ainda há desafios, como o enfrentamento de práticas paternalistas e caritativas, e a necessidade de fortalecer a política por meio de seus serviços e não apenas de benefícios. A consolidação do trabalho de profissionais qualificados e a criação de mecanismos de controle social são essenciais para garantir a efetividade desta política (Silva e Barbosa, 2015).

O Brasil enfrenta um cenário complexo, marcado pela fragilidade histórica das políticas sociais, em grande parte devido à herança do escravismo e da informalidade. A luta pela defesa dos direitos de cidadania deve ser contínua, especialmente para evitar que os direitos sociais sejam transformados em privilégios, acessíveis apenas a um número restrito de cidadãos. Ao longo da história da política social no país, os direitos foram concedidos e não conquistados, sempre correndo o risco de serem revertidos.

Essa reflexão sobre a formação econômica, política, social e cultural do Brasil permite entender a dinâmica do processo de formação dos valores dominantes na sociedade. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com sua mistura da cultura escravista e dos valores liberais, resultou em uma moral predominantemente conservadora, expressa em diversas formas de desigualdade – racial, econômica, social e de gênero – e na persistência de uma lógica do favor, que ainda se reflete nas políticas sociais e no cotidiano da população.

O primeiro capítulo deste trabalho é a fundamentação teórico da pesquisa apresentada, versa acerca dos temas: O processo de acumulação capitalista na dependência, o racismo estrutural no capitalismo dependente: o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social, Desafios e Conquistas: A História da Política Social no Brasil e o Papel do Serviço Social na Sociabilidade Capitalista, a lógica familista na política de Assistência Social e o público principal: A mulher negra e mãe solo: Como o patriarcado e o racismo afetam a vivência dessas mulheres na sociabilidade capitalista?

O segundo capítulo trata acerca do território em que está situado o CRAS Padre Faria, versa sobre a história da cidade de Ouro Preto, MG, o perfil dos usuários da instituição e por fim a coleta e análise dos dados referentes a esta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - CAPITALISMO DEPENDENTE, RACISMO E A CRÍTICA À PERSPECTIVA FAMILISTA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O capitalismo dependente na América Latina, especialmente no Brasil, contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, pois estrutura a economia de forma a beneficiar uma pequena elite burguesa enquanto marginaliza grandes parcelas da população, particularmente a classe trabalhadora que, no contexto brasileiro, é formada por uma maioria negra. Essa sociabilidade capitalista se reflete na PNAS, que muitas vezes atua apenas como paliativo, sem atacar suas causas estruturais. O racismo histórico e estrutural agrava essa situação, pois as populações negras são as mais afetadas pela pobreza e exclusão social, sendo frequentemente estigmatizadas e marginalizadas dentro das políticas públicas. O Assistente Social, ao lidar com essas questões, precisa entender como o racismo se manifesta nas práticas profissionais no âmbito da Assistência Social, promovendo uma abordagem antirracista.

Além disso, a perspectiva familista na Assistência Social, que coloca a família como a principal unidade de intervenção, ignora as causas estruturais da pobreza e tende a responsabilizar as famílias pelas condições de vulnerabilidade em que vivenciam. No contexto das populações negras e periféricas, essa visão pode ser problematizada, pois as famílias muitas vezes enfrentam múltiplas formas de discriminação e marginalização.

1.1. O processo de acumulação capitalista na dependência

É por meio do trabalho, que o ser humano se apropria da natureza, utilizando suas propriedades mecânicas, físicas e químicas para moldá-la e, assim, criar condições para a sua própria sobrevivência e desenvolvimento. Ao fazer isso, o trabalhador não apenas transforma o mundo ao seu redor, mas também se transforma, aperfeiçoando-se como ser humano. O trabalho, portanto, é o meio pelo qual a humanidade constrói sua realidade material e social, e, ao mesmo tempo, é a condição para a sua própria existência e evolução, cumprindo um papel essencial na reprodução da vida humana e no desenvolvimento das capacidades humanas:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que o distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho

obtem-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. [...] O processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais [...] (Marx, 1996, p. 298, 303).

Nesse sentido, Marx (1996), destaca a importância do trabalho não só como uma atividade prática, mas também como uma atividade essencialmente humana, que envolve a capacidade de planejar, transformar a natureza e satisfazer as necessidades humanas, mantendo uma relação dinâmica e contínua com o ambiente natural.

Em uma sociabilidade capitalista vivencia-se um contexto de exploração dos trabalhadores, assim, o trabalho deixa de ser uma realização humana e se transforma em trabalho alienado e estranho ao próprio sujeito. Silva, J. (2013), traz que o trabalho alienado no capitalismo separa o trabalhador, os meios de produção e o produto final, transformando a força de trabalho em mercadoria. Isso reifica as relações humanas, criando o fetiche mercadológico, instituindo a propriedade privada e gerando um distanciamento entre o homem e o produto de seu trabalho

Nesse sentido, o trabalho concreto em seu sentido ontológico, de acordo com Silva, J. (2013), não deixa de ser a categoria central da sociabilidade humana. O trabalho, como um ato voltado a fins específicos, é fundamental para a sociabilidade humana e a reprodução da vida. Por meio dele, os homens transformam a natureza e a si mesmos, ao se apropriarem das propriedades das coisas e colocá-las em movimento.

O processo de acumulação capitalista se desenvolve com os proprietários dos meios de produção investindo e reinvestindo seu capital objetivando gerar mais riquezas, assim, possibilitando que o capital se multiplique. Esse processo é baseado na exploração da mão de obra do proletariado, visto que os salários são menores do que o valor que os mesmos geram. A acumulação tende a gerar uma grande desigualdade, pois os lucros se concentram nas mãos de uma minoria que é a classe dominante (burguesia).

A partir desses processo, Cruz (2016), afirma que a acumulação primitiva é crucial para entender a acumulação capitalista, a concentração dos meios de produção e a expropriação das terras dos camponeses, o que levou à pauperização da população. Marx (2013 apud Cruz, 2016), explica a relação entre a propriedade privada dos meios de produção,

a força de trabalho e a mais-valia, destacando a luta de classes entre os capitalistas e os trabalhadores. A concentração da propriedade privada é essencial para a acumulação, e assim, no capitalismo, a força de trabalho é a mercadoria mais valiosa, vendida no sistema de assalariamento, com o tempo de trabalho do trabalhador convertido em mais-valia para o capitalista.

A lei geral de acumulação capitalista, conforme descrita por Marx (1996), refere-se a um processo fundamental dentro do capitalismo, que envolve a centralização do capital e a crescente concentração de riquezas em um número reduzido de detentores de capital.

Marx (1996) traz que a luta concorrencial no capitalismo ocorre por meio do barateamento das mercadorias, que depende da produtividade do trabalho e da escala de produção. Os capitais maiores superam os menores, que são forçados a buscar áreas onde a grande indústria ainda não domina completamente. A concorrência leva à falência dos capitalistas menores, cujo capital é absorvido pelos vencedores. Além disso, o sistema de crédito, inicialmente um auxílio à acumulação, torna-se uma poderosa ferramenta na luta concorrencial, facilitando a centralização dos capitais.

A lei geral de acumulação capitalista trata que o capitalismo dependente e periférico que é vivenciado no Brasil, gera e mantém as desigualdades sociais. Nesse sentido, para o capital acumular de forma contínua, é necessário o reforço da exclusão de um setor da sociedade, criando trabalhadores que vivenciam um contexto de exploração.

Essa lei se relaciona diretamente com a QS, no sentido de notarmos um contexto de desigualdade social, exclusão e acumulação do capital que vivemos no país. Nesse sentido, segundo Netto (2001), essa expressão surge por volta do século XIX para tratar acerca do fenômeno do pauperismo que era visto na história da Europa Ocidental a partir de seus impactos da primeira onda industrial. Nesse contexto, o pauperismo dos trabalhadores era visto concomitantemente com a instauração do capitalismo industrial - concorrencial.

Percebe-se que o capitalismo periférico e dependente no país não consegue se desenvolver de forma equitativa com os outros países, assim as desigualdades são estruturais. Podemos notar que a pobreza e a marginalização da população não são acidentais, mas possuem um propósito econômico, baseado em uma sociabilidade capitalista que precisa da miséria para acumular capital. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão diretamente que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001. p.42).

O autor Netto (2001), traz que há uma naturalização da pauperização, a acumulação capitalista, se dá pela acumulação de riqueza material, e também pela imposição de um senso comum que naturaliza a desigualdade e a exclusão. A vivência dessa desigualdade pode ser internalizada pelas próprias pessoas excluídas.

Nesse contexto, a partir da “revolução de 1848” em que a sociedade coloca a QS como natural e a utiliza como objeto moralizante, ocorre dessa forma manifestações que visem combater a QS mas sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. "Um reformismo para conservar” (Netto, 2001. p.44). Vivenciamos um contexto em 1848 em que as ideias socialista e marxistas começaram a ganhar influência, é o ano que é publicado o “Manifesto Comunista” de Marx e Engels.

Uma das consequências de 1848, foi a transição do proletariado de uma classe "em si" para uma classe "para si", adquirindo consciência política sobre sua ligação intrínseca com a sociedade burguesa. Nesse sentido, Netto (2001), traz que a lei geral de acumulação capitalista é considerada a anatomia da QS, pois o desenvolvimento do capitalismo produz de forma compulsória diferentes manifestações da QS, visto que a mesma é intrínseca ao capitalismo.

A partir das história do capitalismo no país, nota-se que o Estado brasileiro se manifesta como um instrumento de manutenção do poder das classes dominantes, agindo para que as condições da acumulação de capital sejam mantidas por meio de políticas que reforçam a exclusão e a subordinação das classes trabalhadoras. Assim, a luta contra as expressões da QS é uma luta também contra o processo de acumulação capitalista. A transformação da sociedade só é possível a partir de uma luta política e social que objetiva modificar a estrutura de classes e questionar a lógica do capitalismo. Dessa forma, a mobilização social, é vista como um vetor de mudança, que pode alterar a forma como a riqueza é distribuída e, eventualmente, modificar as relações de poder que sustentam a desigualdade.

Outro fenômeno relevante na sociabilidade capitalista contemporânea é a concentração de capital, que está intimamente relacionada à estrutura de emprego e desemprego no sistema capitalista. À medida que inovações técnicas que economizam mão de obra são implementadas, certos contingentes de trabalhadores são expostos ao desemprego, o que é parte da dinâmica do capitalismo. Isso contribui para a criação de uma superpopulação relativa, ou o chamado “exército industrial de reserva”, que regula o nível geral de salários. Nesse contexto, Marx (1996), observa que com a implementação de inovações técnicas que reduzem a necessidade de mão-de-obra, os operários são temporariamente desempregados até

que a acumulação de capital gera novos empregos. Isso cria uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que regula os salários, mantendo-os baixos e, quando necessário, fornece mão-de-obra adicional durante períodos de expansão econômica, como a abertura de novos mercados ou o auge do ciclo econômico.

É necessário, para refletirmos acerca da acumulação capitalista em nosso país, a teoria da dependência que surge na década de 1960, e foi amplamente desenvolvida e discutida por sociólogos e economistas latino-americanos na década de 1960, com destaque para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, entre outros. Eles propuseram que a economia global era caracterizada por uma relação desigual entre os países do "centro" (industrializados e desenvolvidos) e os países da "periferia" (subdesenvolvidos), sendo estes últimos dependentes dos países centrais, especialmente no que diz respeito ao controle do capital, das tecnologias e dos mercados. Esses autores elaboraram a teoria da dependência em seu livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" em 1969, onde argumentam que a estrutura econômica global era marcada por uma relação de dependência entre os países centrais e periféricos, e isso impedia o desenvolvimento autônomo dos países da periferia.

Nesse viés, Florestan Fernandes (2020), destaca que as alterações políticas moldaram a reorganização da sociedade e da economia brasileira, integrando as estruturas econômicas coloniais a uma nova ordem legal e promovendo o crescimento do mercado interno. Essa transformação, permitiu ao país adotar aspectos dos modelos econômicos das economias centrais, contudo, devido à sua condição de economia periférica e dependente, essa adoção ocorreu de forma desigual.

Florestan Fernandes (2020), também analisa a revolução burguesa no Brasil, observando que, após a abolição da escravidão, o país não possuía uma base material e política sólida para manter a hegemonia estabelecida durante o Império. Nesse contexto, era necessário que a classe dominante se fortalecesse e se renovasse, a fim de recompor o padrão de dominação, ajustando-o às novas dinâmicas sociais e econômicas que emergiram e se expandiram na época.

Nesse contexto, durante esse período de conflitos de interesses, ocorreu o processo de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. Esse fenômeno possibilitou à oligarquia agrária tradicional, juntamente com a oligarquia moderna, formar a mentalidade burguesa e estabelecer um novo padrão de dominação, alinhado com as necessidades e interesses da nova ordem social que estava em formação.

Após a aparente extinção da Aliança Liberal pela revolução de 1930, as duas oligarquias ressurgem com o Estado Novo e o governo de Eurico Gaspar Dutra, destacando a chamada "revolução institucional". Nesse período, a classe burguesa coibiu os demais setores das classes dominantes, "selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da revolução burguesa no Brasil" (Fernandes, 2020, p. 222).

Nesse sentido, esse fenômeno, definiu-se “o inimigo comum: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade” (Fernandes, 2020, p. 223). Assim, a partir disso a classe burguesa protegeu as fontes da acumulação pré-capitalista, que continuam a estimular o persistente esquema neocolonial de exportação e importação, que deu base para o crescimento externo do capitalismo competitivo, ao modelo de acumulação capitalista que surge com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista, que possibilitaram a revolução urbano comercial e a transição para o industrialismo.

Nesse contexto, Corsi (2022), versa acerca de Florestan Fernandes que discute o processo histórico da construção da sociedade brasileira. O capitalismo no Brasil e na América Latina de acordo com o autor demanda discutir o processo de formação das sociedades latino americanas no meio da expansão do capitalismo. Fernandes considera a formação das sociedades latino americanas como um dos elementos constitutivos do processo de expansão capitalista a partir do século XVI.

Assim, o país foi inserido em uma economia mundial de forma hierarquizada e com um desenvolvimento desigual. Dessa forma, o subdesenvolvimento surge e se reproduz no interior do processo de expansão capitalista. Esse subdesenvolvimento se constitui como uma forma de ser das economias periféricas dominadas pelo capital e pelos países centrais,

Para Fernandes (1981 apud Corsi, 2022), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teve como base a sociedade escravista(sociedade colonial), que teria condicionado sua dinâmica e suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, a economia brasileira possui como função produzir excedente aos países centrais. Dessa forma, há três fases da dominação externa da América Latina — colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total — destacando que o capitalismo impunha novos padrões sociais, políticos, culturais e econômicos de fora para dentro. No entanto, esses padrões eram elaborados e modificados conforme as condições internas de cada país.

O Brasil passou por diversas transformações na sociedade, e é a partir do século XIX que ocorre um impulso novamente de ‘fora para dentro’. As mudanças ocorridas no

capitalismo durante esse período geram o início de outra fase na dominação externa na América Latina: O imperialismo.

Segundo Fernandes (apud Corsi, 2022), essa fase impôs uma integração mais ampla e profunda da região perante a economia mundial, concomitante, desencadeou o desenvolvimento do capitalismo dependente na região. Esse capitalismo dependente que se forma e se expande nessa fase imperialista, se desenvolve a partir de uma sociedade escravista em crise terminal. Assim, o capitalismo dependente se constitui como via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de todos os países latino americanos.

Dessa forma, de acordo com Fernandes (apud Corsi, 2022), as principais características estruturais do capitalismo dependente são a concentração de renda do poder, e do prestígio social, assim há como consequências a exclusão social, política e econômica de grande parte da população, uma sociedade desigual.

Segundo Corsi (2022), para Fernandes, as três alternativas para o Brasil eram: manter a ordem social vigente, aperfeiçoar um capitalismo de Estado com reformas graduais ou optar pela revolução socialista. Florestan, por sua vez, considerava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo, sem superar completamente a ordem vigente. Atualmente, observa-se que o Brasil e a América Latina seguem no caminho do capitalismo dependente.

Florestan Fernandes (2020), também analisa a evolução da burguesia brasileira no contexto de um capitalismo dependente, destacando sua formação sob a influência da economia de exportação e do capitalismo monopolista. A burguesia atinge sua maturação em um contexto de dominação externa e desigualdade social, tornando-se uma classe autocrática que não permite avanços democráticos.

A transformação capitalista e a dominação burguesa é marcada por uma dissolução entre desenvolvimento econômico e democracia, evidenciando que o crescimento capitalista favorece a opressão do proletariado. A burguesia, ao invés de liderar uma revolução democrática, adapta-se ao sistema global e prioriza seus interesses, resultando em uma ideologia que legitima a desigualdade e reforça a alienação em relação às questões nacionais.

Segundo Fernandes (2020), a dependência e o subdesenvolvimento não foram apenas impostos externamente, mas fazem parte de uma estratégia das classes dominantes, que, ao longo da evolução do capitalismo, moldaram o desenvolvimento capitalista conforme seus interesses, criando o capitalismo dependente como uma realidade econômica e social.

Nesse sentido, a burguesia brasileira, por ser representante do capitalismo dependente, não é capaz de realizar uma revolução nacional efetiva. Dessa forma, as classes dominantes resistem a transformações que poderiam romper com a lógica capitalista, resultando em um fortalecimento da dominação autoritária e totalitária. As contradições estruturais enfrentadas pela burguesia refletem uma fobia da classe em perder privilégios, por consequência dando continuidade a um sistema de desigualdade e à resistência a qualquer forma de conciliação entre classes.

De acordo com Fernandes (2020), o "capitalismo possível" na periferia, no contexto da divisão global entre nações capitalistas hegemônicas e as burguesias das nações em desenvolvimento, combina o desenvolvimento capitalista com o luxo e o poder das elites, enquanto gera extrema miséria e opressão para a maioria. Esse capitalismo associa a riqueza e o poder das minorias à pobreza das massas, com relações de classe que lembram antigos antagonismos, criando uma divisão profunda entre "nações" distintas e hostis, em um estado de guerra civil latente.

Nesse contexto, na acumulação capitalista na dependência, podemos perceber as práticas de exploração de recursos naturais, a precarização do trabalho e a concentração de riqueza nas classes dominantes. Assim, os países dependentes precisam atrair investimentos estrangeiros, mas, ao fazê-lo, frequentemente abrem mão de políticas que poderiam promover um desenvolvimento autônomo e sustentável. As economias dependentes ficam, assim, vulneráveis a crises globais e a flutuações de mercado, perpetuando sua posição subalterna no sistema capitalista.

É nesse contexto que vivemos na América Latina, o capitalismo dependente, que de acordo com Ruy Mauro Marini (2005), é a submissão da economia na América Latina e do Brasil ao capitalismo mundial, sendo que somos um continente rico, mas que possui suas riquezas expropriadas pelos países de capitalismo central. Dessa forma, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para restituir sua força de trabalho, são mecanismos que caracterizam a condição de dependência, fundada especificamente na superexploração da força de trabalho. Esse processo condiz com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que são executadas.

Nesse contexto, a atividade produtiva baseia-se no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, possibilitando diminuir a composição-valor do capital, que aliado à intensificação do nível de exploração do trabalho, faz com que se expanda simultaneamente as taxas de

mais-valia e de lucro. Nos três mecanismos a característica fundamental está no fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para restituir o desgaste de sua força de trabalho, sendo uma superexploração da força de trabalho do trabalhador.

A partir do exposto, pode-se notar, como ilustração de todo este processo de consolidação do capitalismo dependente, uma tendência à privatização e a desresponsabilização do Estado nas últimas décadas, resultando na fragmentação dos direitos sociais, substituídos por programas assistencialistas. Também vemos uma tendência na ampliação por parte do Estado em formas de dominação e subalternização, desmobilizando as classes populares.

1.2. O racismo estrutural no capitalismo dependente: o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social

Ianni (1978), argumenta que o escravismo e o capitalismo são sistemas econômicos interligados historicamente, especialmente na modernidade. O escravismo, presente no Brasil entre os séculos XVI e XIX, baseava-se no trabalho forçado de africanos e indígenas nas plantações e minas, enquanto o capitalismo, com a produção voltada ao lucro, implicava em trabalho remunerado e valorização das mercadorias pelo mercado. A interdependência desses sistemas ocorreu por meio da acumulação primitiva de capital, conceito marxista que descreve como o lucro gerado pelo trabalho escravizado foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Produtos como açúcar, café e algodão, cultivados com mão de obra escravizada, eram fundamentais para o comércio global que alimentava as economias europeias, especialmente a Inglaterra.

A escravidão ajudou a consolidar uma formação social escravista, caracterizada por uma estrutura econômica, política e social desigual, onde senhores de escravos formavam a elite, enquanto os escravizados e pobres estavam subjugados. A acumulação primitiva gerou uma grande concentração de capital, que sustentou o mercantilismo e a expansão do capitalismo. No entanto, com a ascensão do capitalismo industrial, o trabalho escravizado foi progressivamente substituído por trabalho assalariado, especialmente com a Revolução Industrial (1760 - 1850), embora a transição tenha sido marcada por tensões sociais, como desigualdade e racismo estrutural, que permanecem nas sociedades contemporâneas.

Esse processo também gerou uma divisão rígida de classes e raças, com a discriminação racial sendo reforçada nas relações sociais e políticas. As formações sociais nas

colônias eram estruturadas para manter a dominação dos senhores sobre os escravizados, e a resistência a essa estrutura se deu por meio de movimentos como os quilombos. A contradição entre escravidão e capitalismo, visível nas tensões entre o trabalho livre na Europa e o trabalho escravizado nas colônias, ficou evidente à medida que o capitalismo se expandia. A abolição da escravidão e a transição para o trabalho assalariado no Brasil no século XIX refletiram essa tensão, com a escravidão entrando em declínio e as tensões ideológicas entre as classes dominantes, como a aristocracia agrária e a burguesia cafeeira.

Nesse viés Munanga(2004), apresenta uma problematização acerca do conceito de raça, destacando seu caráter socialmente construído e a inexistência de uma base biológica que justifique a divisão da humanidade em raças.

O autor analisa o racismo como um fenômeno estrutural, que se manifesta por meio da discriminação e desigualdade, sendo sustentado por ideologias que hierarquizam os grupos sociais com base na cor da pele. O conceito de identidade é explorado como um elemento dinâmico, ligado ao pertencimento cultural e à construção social do indivíduo. Já a etnia é apresentada como um conceito mais amplo e flexível do que raça, enfatizando aspectos culturais, linguísticos e históricos que unem determinados grupos.

Além disso, o racismo estrutural no capitalismo dependente, como observado no Brasil, revela que o racismo não se limita a atos individuais, mas está enraizado nas instituições e nas estruturas sociais, moldando as relações sociais, econômicas e políticas. Isso reflete um fenômeno que se perpetua na organização das sociedades, com as diferenças raciais frequentemente ligadas a desigualdades econômicas e políticas. O legado da escravidão, especialmente a discriminação racial, continua a influenciar a formação social e as dinâmicas de poder nas Américas e no Caribe.

O racismo estrutural no capitalismo dependente é um fenômeno que possui diversas nuances pois se manifesta nas relações sociais, econômicas e políticas na sociedade. Em um país como o Brasil que vivencia esse contexto, baseado em uma economia influenciada por potências externas, é possível notar que há um tipo de racismo que é além de atos individuais de discriminação, pois o mesmo está enraizado nas instituições e nas estruturas sociais.

A partir de Eurico (2018), temos a constatação que vivenciamos situações de violação de direitos humanos no cotidiano brasileiro, há uma parcela da população que não possui acesso aos mínimos sociais, em uma sociedade permeada por políticas sociais fragmentadas, pontuais e focalizadas. “Quando se entrecruzam as variáveis: classe social, gênero, raça/etnia,

a questão da miserabilidade afeta proporcionalmente mais homens e mulheres negras de todas as idades” (Eurico, 2018, p. 515).

Este cenário de marginalização é refletido em eventos como o genocídio ocorrido em maio de 2006, em São Paulo realizado por policiais e paramilitares que fizeram uma “onda de resposta” aos “ataques do PCC”(Primeiro Comando da Capital), uma facção criminosa segundo a mídia local. Resultando no assassinato de no mínimo 493 pessoas, entre elas mais de 400 jovens negros, indígenas e pobres. O livro “Do Luto à Luta: Mães de Maio - “ de 2011 é dedicado a esses jovens.

Nesse sentido, Eurico (2018), expõe acerca dos acontecimentos denunciada pelas "Mães de Maio", vozes femininas que afirmam que "os nossos mortos têm voz". A autora reverencia os homens e mulheres de todas as idades mortos pelo Estado brasileiro, pela fome, pobreza, falta de acesso a direitos básicos e pela violência das milícias. Essas mortes são representadas por figuras como Cláudias, Marieles, Luanas, Dandaras, Amarildos, Fabianes e pelo encarceramento em massa da população negra, como exemplificado pelo caso de Rafael Braga.

A partir desse contexto, nota-se um ciclo de exclusão e morte, em que a violência estrutural é invisibilizada e as vidas negras são constantemente desvalorizadas, em que é explícito as marcas e rupturas advindas do racismo no Brasil. A violência para com a população negra causa segundo Eurico (2018), processos de adoecimento e morte, como o genocídio de jovens negros, a violência obstétrica contra mulheres negras e a violência no acolhimento de crianças e adolescentes negras, refletem formas de reprodução da violência étnico-racial. Essas marcas remontam à escravidão e a uma abolição incompleta, com a violência racial ainda servindo para manter a desigualdade social.

A falsa ideia de democracia racial no Brasil contrasta com os interesses do capitalismo. Além disso, as políticas sociais devem considerar múltiplas dimensões, como raça, sexo, idade, gênero, orientação sexual e classe social, para promover um profissionalismo ético e o respeito aos direitos humanos. Combater o racismo e a discriminação étnico-racial também envolve combater a desigualdade de classes, gênero e garantir os direitos das diversas identidades.

Nesse sentido, acerca de um fazer profissional alinhado com o Código de Ética profissional (CEP) do Serviço Social na luta antirracista, percebe-se como um momento essencial na profissão durante o ano de 1980, em que a categoria vivenciou assim como a

sociedade, um processo de redemocratização do país. Houve um período de avanço no debate acerca do racismo nacionalmente e internacionalmente, incidindo na profissão.

De acordo com Eurico (2018), o Serviço Social como parte da sociedade, foi impactado pela intervenção de mulheres negras militantes, que ampliaram o debate sobre o racismo e exigiram respostas institucionais. A partir dessa década, o coletivo profissional foi provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para compreender os efeitos do racismo institucional no trabalho profissional.

Segundo Eurico (2018), as mulheres que se inseriram no debate étnico racial nas deliberações da categoria profissional em conjunto com os profissionais que compõem a gestão do Conselho Federal de Serviço Social, durante 1990 - 1993, foram essenciais para o debate.

Pela primeira vez na história da profissão, a questão da não discriminação aparece como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, aprovado em 1993. Deve-se destacar que a trajetória das mulheres negras, assistentes sociais, que travaram batalhas importantíssimas e abriram caminho para o debate étnico-racial no espaço acadêmico, a partir da década de 1980, ainda carecem de um registro rigoroso, que nos permita compreender melhor o debate no interior da profissão naquele período (Eurico, 2018, p. 517 - 518).

Nesse contexto, outro marco relevante para a luta contra o racismo é o processo de organização da fase preparatória para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerâncias (2001), realizada na cidade de Durban, África do Sul, em que se discutiu acerca do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção.

O documento final da conferência reafirma os princípios de igualdade e não discriminação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O racismo contra a população negra em nível global foi fortemente criticado, e as deliberações foram integradas às agendas dos movimentos sociais que lutam contra preconceito, discriminação étnico-racial, xenofobia e intolerância religiosa. Destaca-se a urgência de implementar medidas para combater práticas violadoras dos direitos humanos. (Eurico, 2018).

É a partir desses marcos que a questão étnico-racial ganha visibilidade na cena política e passa a ser reconhecida e tratada pelo Estado brasileiro como um problema nacional. Nesse contexto se desenvolve o Programa de Combate ao Racismo Institucional no país,¹ objetivando contribuir com o estabelecimento de políticas de desenvolvimento, redução

¹ Documento que traz acerca desse programa: [Microsoft Word - boletim PCRI Saúde maio junho .doc](#)

da pobreza e combater as desigualdades decorrentes da origem étnico-racial das(os) brasileiras(os).

A hierarquia de grupos étnico-raciais possui sua gênese no processo de escravidão no Brasil. Foi um projeto de escravização de um grupo inteiro em virtude de sua origem étnico-racial negra, em demanda de um grande contingente de mão de obra. Os escravizados eram valorizados tanto por sua força de trabalho quanto por sua capacidade intelectual, que contribuiu para agregar valor à mercadoria desumanizada. Esse processo servia, ainda, para evitar um exame de consciência por parte da classe dominante, ao encobrir a barbárie que a escravização da população negra perpetuava. Afinal, “A burguesia vive da exploração do trabalho.”(Eurico, 2018, p. 522),

Na contemporaneidade, essa hierarquização a partir do padrão da branquitude, segundo Eurico (2018), tem sido funcional aos interesses do capitalismo, o conceito de branquitude, discutido por Schucman (2014 apud Eurico, 2018), entende o "ser branco" como alguém que ocupa posições sociais relacionadas à aparência, status e fenótipo, especialmente no contexto brasileiro. Schucman destaca que, assim como classe e gênero, a raça é um fator que diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos na sociedade. A branquitude está associada à superioridade estética, que se desenvolve em relação aos não brancos, sendo um traço característico da sociedade brasileira.

Essa superioridade da branquitude advém também de uma tese pseudocientífica que a população negra seria naturalmente inferior, tese esta já derrubada à anos por cientistas. Contudo, o racismo permanece pois “cumprir uma função social, na qual a supremacia da branquitude continua a autorizar a exploração, a dominação e a opressão contra os outros” (Eurico, 2018, p. 521).

Nesse contexto, a autora investiga a premissa que há entre o racismo e o capitalismo uma articulação fortalecida pela ideologia racial, fundamental para a dinâmica das relações sociais na contemporaneidade, justificando o pauperismo de uma parcela da sociedade brasileira majoritária negra.

Eurico(2018), afirma que a persistente marginalização da população negra, aliada às políticas públicas baseadas no mito da democracia racial, resulta em uma falsa inclusão, promovendo uma igualdade jurídica que não se reflete na realidade. O tratamento autoritário e racista do Estado brasileiro, vinculado ao projeto societal atual, mantém a população negra em uma posição de "inferioridade" desde o período colonial. Os detentores dos meios de produção frequentemente excluem negros das funções que exigem alta qualificação técnica,

limitando seu acesso a vagas consideradas "simples", reforçando a separação entre trabalho manual e intelectual.

A igualdade jurídica/formal objetiva o apagamento das contradições na ordem competitiva, fazendo com que sejam estabelecidas relações de tolerância mínima em relação aos trabalhadores negros. A funcionalidade da heteronomia racial é, evidente na ordem burguesa, associada historicamente a barreiras raciais e econômicas para os trabalhadores negros.

Florestan Fernandes (apud Lima, 2017), ao abordar o mito da democracia racial, analisa a questão dentro das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ele destaca como a luta de classes se manifesta no capitalismo dependente, considerando os eixos estruturais da sociedade de classes e os eixos dinâmicos que refletem as especificidades desse capitalismo e suas manifestações ao longo do tempo e no espaço histórico.

A transição da economia colonial/escravista para o capitalismo gerou três realidades estruturais: (a) a concentração de poder, prestígio e renda nas classes estratégicas para a dominação externa; (b) a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas de diferentes épocas, mas interdependentes para a expansão econômica; e (c) a exclusão de uma grande parte da população da ordem econômica, social e política, essencial para a estabilidade do sistema capitalista. A questão da heteronomia racial está inserida nesse contexto, onde, além de atender aos interesses externos, essa política revitaliza estruturas de poder e privilégios arcaicos, mostrando que a heteronomia racial não é apenas uma herança colonial, mas também uma consequência das novas realidades econômicas, sociais e políticas vinculadas à expropriação capitalista (Lima, 2017).

Nesse viés, Lima (2017), reflete acerca da mercantilização do trabalho no Brasil e revela a natureza do problema racial brasileiro, como ocorre historicamente a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder fazendo com que a classe tenha uma cor determinada no capitalismo dependente. A heteronomia racial na sociedade de classes evidencia que o regime extinto não desapareceu por completo após a abolição. Persiste na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens.

Fernandes (apud Lima, 2017), identifica que o mito da democracia racial teve origem na passagem da sociedade escravista para a sociedade livre, pois o negro, nessa passagem, foi mantido nos limites de uma economia de subsistência. O mito encobriu a persistência do passado nas dimensões econômicas, políticas e sociais da sociedade de classes, configurando, desta forma, um padrão tradicional brasileiro de relação racial que articula heteronomia

econômica e heteronomia de raça e opera uma segregação sutil e dissimulada. A crítica ao mito da democracia racial encontra suas raízes na desarticulação do regime escravocrata senhorial e nas transformações mais avançadas da sociedade competitiva, dessa forma, o mito possui a função de esconder a realidade. (Silva, P. 2017).

A sociedade de classes surge e se desenvolve no Brasil dependendo da continuidade das estruturas econômicas e sociais do sistema colonial. A descolonização não significou o fim do monopólio da riqueza, do prestígio social e do poder, indicando os limites da revolução dentro da ordem e da transição não clássica para o capitalismo (Silva, P. 2017, p. 358).

Silva, P. (2017), traz que a forma de enfrentar esse sistema é romper com a ordem societária que estimula esse dilema racial. O mito da democracia racial esconde estes elementos estruturais e dinâmicos constitutivos da própria inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e da forma como ocorreu a mercantilização da força de trabalho no país. Nesse sentido, é necessário compreender os fatos históricos, sociais, políticos, jurídicos e econômicos para entendermos a existência do racismo.

Segundo Almeida (2018), o racismo é uma forma sistemática de discriminação baseada na raça, manifestando-se por práticas conscientes ou inconscientes que geram desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem.

O Serviço Social, inserido no mercado formal de trabalho, em uma sociabilidade capitalista, estruturalmente racista, também é atingido por essa estrutura, visto que é atravessada por essas relações sociais. Segundo Almeida (2018) é essencial para falarmos de raça e economia falar sobre desigualdade. O sociólogo Oliver Cox (apud Almeida, 2018), propõe a tese que o racismo é derivado das relações econômicas capitalistas e são parte do aspecto essencial da luta de classes.

Nota-se que a desigualdade racial e de gênero não são produtos individuais e superados a partir do conceito de meritocracia, pois, vivemos um sistema em que se mantém a partir de perfis raciais e preconceitos. Assim, segundo Almeida (2018), o racismo é uma forma de manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas na escravidão. A desigualdade racial compõem as relações mercantis e de classe.

Destaca-se que a população negra está dividida em meio a sociedade contemporânea na pós-modernidade, sendo desumanizada e descaracterizada e, embora haja uma busca pelo resgate de uma tradição que já não é verdadeiramente (re)conhecida, ela padece no

aniquilamento das crenças, idiomas, ambientes e tradições de luta, gerando um sentimento de solidão nos grupos sociais racializados.

Segundo Almeida (2018), há três concepções que referem-se às práxis racistas: individualista, institucional e estrutural. Na primeira, tem-se a relação entre o racismo e a subjetividade, na segunda, o Estado performa como agente executor e perpetuador do racismo, enquanto na última, a economia estabelece o meio para manutenção das hierarquizações e desigualdades pautadas na racialização.

Em uma das práticas racistas citadas acima está o racismo institucional, que de acordo com Eurico (2018), se manifesta em práticas discriminatórias em instituições, refletindo o déficit em considerar as especificidades raciais no âmbito do acesso à educação, emprego e políticas públicas. Essas práticas são em sua maioria anônimas e reproduzidas de forma automática, dificultando a identificação e responsabilização dos profissionais.

Nesse contexto, percebe-se que os assistentes sociais atuam em diversas políticas públicas que são atravessadas no cotidiano pelo racismo estrutural:

O racismo institucional se expressa no modo como as instituições estabelecem suas diretrizes gerais, as relações de poder, como são reproduzidas ações pragmáticas, sustentadas pelo mito da democracia racial, e as(os) profissionais precisam se apropriar do debate para que consigam fortalecer a resistência diante dessas estruturas de poder, inclusive no estabelecimento das relações interpessoais, que sofrem interferências institucionais, sendo que em várias situações a atitude individual extrapola os limites institucionais, desconsiderando princípios fundamentais baseados na ética e no respeito ao outro. Entendemos que no cotidiano das instituições, no qual o racismo se revela de maneira constante e sem tréguas, as(os) assistentes sociais podem assumir o compromisso de desvelar o racismo na dimensão organizacional, propor intervenções na direção oposta e desempenhar papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir práticas racistas, que incidem de maneira perversa na vida da população negra (Eurico, 2018, p.524).

Nesse sentido, é essencial que os profissionais se comprometam a desvelar e enfrentar essas práticas racistas, tanto em suas intervenções quanto no trabalho em equipe. A partir do racismo institucional percebemos como em seu cotidiano profissional os profissionais podem “reproduzir práticas racistas, ainda que de maneira abstrata, e no campo das ideias reproduzem o discurso da luta contra todas as formas de opressão” (Eurico, 2018, p. 517). Devemos estar engajados na luta contra todas as formas de opressão, alinhando as práticas aos princípios éticos do SESO, que promovem direitos humanos e a eliminação do preconceito. A reflexão crítica e a ação direta são fundamentais para enfrentar o racismo institucional e suas consequências na vida cotidiana.

Desde o início do projeto deste TCC, percebi a questão da inexistência na maioria dos relatórios do quesito “raça/cor”. Para fins metodológicos dessa pesquisa, que serão desenvolvidos no Capítulo 2, a partir da visão da pesquisadora sobre os fenótipos que caracterizam a população negra, a cor/raça das usuárias é inferida por meio da análise das cópias dos documentos de cadastro.

Nesse contexto, Eurico (2018), trata que a coleta de dados sobre raça/cor é um desafio, pois pode reforçar a ideia de mito da democracia racial, ofuscando as desigualdades reais. Essa coleta apresenta-se de forma fetichizada, os profissionais ao se depararem com a pergunta, não sabem como encaminhar a questão. O preenchimento do dado sobre raça/cor exige uma reflexão sobre a barreira entre o profissional e a população atendida. Em uma sociedade sem racismo, perguntar sobre cor seria apenas uma classificação para avaliar a cobertura das políticas públicas por grupo étnico-racial. Porém, em uma sociedade racista, essa coleta revela o mito da democracia racial e a persistente realidade do racismo, muitas vezes ofuscada pelo discurso de igualdade.

Dessa forma, compartilho das reflexões de Eurico (2018), com destaque que os profissionais devem permanecer na luta contra todas as formas de exploração e opressão. Essa mobilização é essencial para a concretização do projeto ético-político (PEP) do Serviço Social, conforme delineado no CEP de 1993. Entre seus princípios, destaca-se a liberdade como valor central, além da defesa firme dos direitos humanos e do compromisso com a eliminação de preconceitos, a luta antiracista e a promoção da não discriminação como fundamento ético.

1.3. Desafios e Conquistas: A História da Política Social no Brasil e o Papel do Serviço Social na Sociabilidade Capitalista

A QS é central na Política Nacional de PNAS, pois busca enfrentar as desigualdades sociais e garantir direitos essenciais à população em situação de vulnerabilidade. O fenômeno surge em um período de grande exploração do proletariado, em uma sociedade ainda marcada pela escravidão, e o Estado a utiliza para controlar a classe operária, especialmente os desempregados e subempregados, através de políticas de transferência de renda.

As leis sociais, que surgem com o aprofundamento do capitalismo, refletem a luta entre as classes sociais, especialmente entre a burguesia e o proletariado. Essa situação gerou movimentos sociais que pressionavam por mudanças, levando a transformações na

composição do Estado e no relacionamento com as classes sociais. Esses movimentos foram fundamentais para a conquista de uma cidadania social para o proletariado.

A inclusão da classe trabalhadora no debate político e nas decisões estatais é essencial para uma sociedade mais equitativa. Contudo, a atuação do Estado e das classes dominantes, frequentemente aliadas à Igreja Católica, ainda estava pautada pela caridade e repressão. Nesse contexto, o proletariado foi marginalizado e sua força de trabalho foi explorada, com jornadas longas e baixos salários, pressionando mulheres e crianças a entrarem no mercado de trabalho (Iamamoto, 2006).

A educação e a cultura eram dependentes da caridade ou iniciativas privadas, e a maioria da população era tratada como “cidadãos de segunda linha”. Surge, então, a organização operária através de ligas, sociedades de resistência e sindicatos, que visavam a defesa dos interesses dos trabalhadores, dando origem a formas superiores de organização, como congressos operários.

No plano cultural e social, surgem alternativas baseadas na identidade proletária, que criticam os valores burgueses e propõem novos modelos de sociedade. As organizações operárias eram legítimas dentro do próprio meio operário, mas frequentemente enfrentavam repressão severa, com fechamento de sedes e perseguição aos líderes. As lutas estavam centradas em questões como aumento salarial, redução de jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil e regulamentação dos direitos das mulheres, além de garantias como férias e seguro contra acidentes.

Segundo Yamamoto (2006), entre 1917 e 1920, o Brasil vivenciou uma série de greves e manifestações operárias que ameaçavam a ordem burguesa. Após esses movimentos, a elite intensificou a ação assistencialista, que contribuiu para o surgimento do Serviço Social, não apenas como uma resposta técnica à QS, mas também como uma construção histórica relacionada às lutas sociais e ao controle das desigualdades pela elite.

O Serviço Social, em seus primeiros momentos, não surgiu do Estado, mas de iniciativas particulares, especialmente de grupos ligados à Igreja Católica, com base na filantropia, em resposta à pressão do proletariado. Em 1929, a mudança para uma economia mais industrializada afetou todos os segmentos sociais, alterando suas práticas e posicionamentos.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a crise do empresariado em relação à falta de integração do proletariado ao trabalho e a política socialista desenvolvida pelo empresariado marcaram a implantação do Serviço Social. O empresariado, resistente ao reconhecimento das

organizações sindicais, tratava as reivindicações operárias com intolerância, recorrendo à repressão. A assistência aos trabalhadores nas empresas era predominantemente paga pelos próprios operários, e o empresariado só oferecia uma assistência mais elaborada nas grandes empresas, como ambulatórios e escolas nas vilas operárias.

Na década de 1920, a assistência social no Brasil desenvolveu-se de forma moderada, acelerando-se na década seguinte com a mobilização do Movimento Católico Leigo. Após a Revolução de 1930 e a queda da República Velha, a Igreja Católica passou a ter um papel importante na estabilização do novo regime, buscando restaurar sua influência e estabelecer uma ação normativa sobre a sociedade.

A Igreja se envolveu ativamente em disputas políticas, como no Levante Constitucionalista de 1932, e em 1933, com a convocação da Assembleia Constituinte. A partir de 1932, o Movimento Católico Laico diversificou e ampliou suas atividades, com a criação de instituições como o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, além de outras como a Ação Universitária Católica.

A prática assistencial estava inicialmente ligada à caridade, mas com o cristianismo, passou a ser também associada à justiça social. No entanto, a assistência muitas vezes foi usada como um meio de controle social, perpetuando a ordem vigente e a subordinação dos pobres à Igreja, que, ao ganhar mais espaço na sociedade, passou a se aliar à burguesia.

Entre 1935 e 1937, com a transição para o Estado Novo e o surgimento de um novo modelo de capitalismo, o Serviço Social se desenvolveu como um desdobramento da ação social católica conservadora. As protoformas da profissão começaram a surgir após a Primeira Guerra Mundial, com a criação de instituições como a Associação dos Senhores Brasileiros e a Liga das Senhoras Católicas, focadas em assistência preventiva voltada para crianças, mulheres e menores de 18 anos.

Durante as décadas de 1930 e 1940, as escolas de Serviço Social começaram a se formar com uma base conservadora, com a profissão surgindo como uma forma de ajuste social, focada no indivíduo e não nas causas estruturais das desigualdades. Segundo Martinelli (2000), o Serviço Social surgiu em um contexto de capitalismo, com o objetivo de sanar as deficiências dos indivíduos e coletividades, mas sempre dentro das necessidades do sistema capitalista, funcionando como uma estratégia de controle social.

A profissão, portanto, nasceu em um cenário histórico onde a classe dominante usou a profissão como um meio de garantir a continuidade do sistema capitalista. A Igreja, em seu esforço para defender seus privilégios, desempenhou um papel central na formação dos

agentes sociais especializados, mantendo por um tempo o monopólio da formação de profissionais da área, enquanto também buscava reorganizar sua influência na sociedade.

Segundo Netto (2005), a construção da profissão é resultante de um processo cumulativo que o ponto de arranque seria a organização da filantropia, no refinamento de instrumental operativo de natureza técnica.

É a partir da CF de 88 é criado o Sistema Único de Saúde(SUS) com o objetivo de garantir a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso à saúde para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua classe social, renda ou localização geográfica. A principal missão do SUS é promover a saúde e a prevenção de doenças, oferecendo atendimento médico, tratamentos, vacinas, exames e outros serviços, tanto para doenças curáveis quanto para as que necessitam de cuidados contínuos.

A CF de 1988, introduziu um novo sistema de proteção social, com a Seguridade Social abrangendo saúde, assistência social e previdência. A LOAS, de 1993, regulamentou a Assistência Social como um direito. Em 2003, o Bolsa Família foi criado como um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza.

Antes do SUS, o sistema de saúde no Brasil era fragmentado, com acesso desigual aos serviços, e muitas pessoas não tinham acesso adequado ao cuidado médico. Ao ser implementado, procurou organizar e centralizar os serviços de saúde em uma rede única e pública, com financiamento compartilhado entre a União, os estados e os municípios.

Nos anos 1990, o Estado sofreu um redirecionamento com a política neoliberal, o que resultou na redução de direitos sociais, precarização do trabalho e desfinanciamento de políticas públicas, incluindo saúde e educação. Essa política de "abatimento social" gerou um retrocesso nas conquistas sociais, transformando as políticas sociais de inclusivas para excludentes.

O SUS e as políticas de saúde enfrentam paradoxos entre seus princípios de universalidade e a realidade de serviços de baixa qualidade, com crescente privatização e desfinanciamento. Na área de Assistência Social, os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho recebem direitos trabalhistas, enquanto os fora dele estão sujeitos à intervenção da PNAS.

A reestruturação do capitalismo e a financeirização do mercado criaram novas expressões da QS, com maior precarização do trabalho e insegurança social. Esse cenário se reflete nas políticas públicas, que focam na descentralização e regressão dos direitos, tornando

os serviços socioassistenciais contraditórios, pois ao mesmo tempo que controlam a classe subalterna, também são um campo de luta por direitos.

A profissão de Assistente Social, com seu vínculo histórico com a política social no Brasil, enfrenta desafios em um contexto de ampliação de seu espaço no mercado de trabalho. A profissão precisa afirmar seus referenciais críticos e questionar as intervenções imediatas que não enfrentam problemas estruturais. Por exemplo, a mitigação da fome, muitas vezes tratada com as cestas básicas, não resolve as causas estruturais da pobreza e desigualdade.

A profissão é muitas vezes limitada a uma atuação assistencialista e reativa, acaba sendo reduzida à gestão das consequências da desigualdade social, sem enfrentar as raízes da exclusão, discriminação e desigualdade de classe. Essa redução do papel da profissão limita sua efetividade na luta por transformação social.

A trajetória da Assistência Social no Brasil é marcada por inovações legais como a CF de 1988, a LOAS, a PNAS e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS), mas essas mudanças não conseguem modificar de imediato as práticas assistencialistas e clientelistas que ainda prevalecem. Silva e Barbosa (2015), destacam que as mudanças precisam ser debatidas e incorporadas por todos os envolvidos no processo de gestão da PNAS.

Portanto, segundo Paiva e Ouriques (2006), as políticas sociais voltadas aos segmentos populares são frequentemente desvalorizadas por sua herança assistencialista e populista, sendo vistas como desperdícios de recursos. O contexto histórico da política social no Brasil é complexo, marcado pelo escravismo e conservadorismo, com a luta pelos direitos de cidadania sendo um processo contínuo. As políticas sociais, muitas vezes utilizadas para legitimar o Estado e as classes dominantes, refletem os antagonismos fundamentais da sociedade capitalista, como classe, gênero e etnia.

1.4. A lógica familista na Política de Assistência Social.

Mioto (2015), afirma que as políticas sociais brasileiras possuem características sob a ótica do familismo, assim, o “Estado de bem-estar” possui deveres mínimos, responsabilizando e sobrecarregando a família ou a comunidade em que o indivíduo está inserido. Nesse contexto neoliberal, o familismo acredita que a promoção de bem-estar deve ser viabilizada pela família e outras redes privadas de proteção sem a participação do Estado.

Nesse sentido, Moser e Mulinari (2017), abordam que a proteção social é composta por políticas sociais públicas que devem ser garantidas pelo Estado, em situações que o

indivíduo está em contexto de fragilidades econômicas e políticas, a partir de empecilhos para produzir e reproduzir sua força de trabalho, impossibilitando a promoção de seu bem estar e de sua família. Nesse sentido, o texto traz que para alguns autores, a proteção social surge quando ocorre a convergência do capitalismo com a revolução industrial, nesse período surge a intervenção do Estado perante as demandas dos trabalhadores.

Nesse sentido, a partir da ótica de proteção social, Di Giovanni (1998, apud Neto, H. 2021. p. 4) afirma que “não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum sistema de proteção social”. O autor conceitua proteção social como formas institucionalizadas ou não que as sociedades constituem para proteger uma parte ou o todo de seus membros, dos agravantes sociais ou dos diversos estágios e infortúnios da vida em sociedade.

Segundo Neto, H. (2021), a institucionalização da proteção social no Brasil esteve ligada a uma lógica de seguro, onde as políticas cobriam apenas a classe trabalhadora formal, ou seja, os trabalhadores empregados ou empregadores que contribuem. Assim, o trabalhador doméstico que não pudesse contribuir, estivesse desempregado ou empregado de forma informal era excluído dos direitos ali estabelecidos. Neste contexto, os trabalhadores rurais e uma grande parcela das mulheres que dependiam da proteção social que o marido dispunha, e quando não eram abarcadas recorriam a PNAS.

De acordo com Neto, H. (2021), as mulheres eram historicamente esperadas a não exercerem sua cidadania nem trabalharem, o que resultava na exclusão delas dos seguros sociais e na falta de consideração das questões de gênero em políticas públicas. Essa visão naturalizada a subordinação feminina, a partir da sua biologia e reforçando os discursos que sustentavam a feminilidade tradicional e os ideais de família, ainda presentes na sociedade. Esse contexto evidencia as contradições na proteção social, especialmente no que diz respeito às desigualdades de gênero.

Percebe-se que mesmo a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho, as tarefas domésticas ainda são divididas de forma desigual, ficando como responsabilidade prioritariamente da mulher, dessa forma, gerando uma dupla jornada de trabalho. Segundo Neto, H. (2021), esse trabalho reprodutivo não pago das mulheres em suas casas não é contabilizado como uma atividade geradora de valor econômico, mesmo sendo essencial para o processo de acumulação capitalista e o estabelecimento do modelo de proteção social corporativo-conservador.

Nesse contexto, segundo Pereira (2008), a partir de 1990, com a implementação de políticas neoliberais, houve a introdução da parceria entre Estado, mercado e sociedade no campo da proteção social, os esquemas pluralistas de bem-estar, que possuem o voluntarismo e o solidarismo que envolvem a família. Neste contexto, o mercado deve proteger os indivíduos que possuem empregos estáveis e com boa remuneração, assim o Estado não possui mais o papel de provedor de bem-estar social.

Campos (2015 apud Moser; Mulinari 2017), destaca que houve dois "casamentos" na política social. O primeiro ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX, respondendo às desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, e foi institucionalizado pelo seguro social, que beneficiava apenas trabalhadores formais, com foco no modelo nuclear de família, onde o homem era o titular dos direitos. O segundo casamento, no final do século XX, foi uma estratégia de combate à pobreza por meio dos Programas de Transferência de Renda, que passaram a transferir benefícios predominantemente para as mulheres, especialmente devido à crescente presença de famílias monoparentais chefiadas por elas.

Assim, esses dois "casamentos" evidenciam como as políticas sociais, ao longo do tempo, buscaram se adaptar às transformações econômicas, sociais e familiares, ora reforçando a estrutura tradicional patriarcal, ora tentando responder às novas dinâmicas familiares e às necessidades das mulheres.

Nesse sentido, na contemporaneidade, a partir da CF de 1988 que abrange as Políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, instaura-se um sistema de seguridade social no país, inscrevendo os direitos sociais na camada do Estado e institucional via políticas públicas. Assim, a Assistência Social se efetiva como direito social. Os modelos de proteção que compõem as políticas sociais no Brasil após a CF de 1988, trazem como foco central a família, dessa forma, essa centralidade visa a família como espaço privilegiado de ação.

Nesse contexto, o neoliberalismo também ganha força com o conservadorismo e traz uma redução da interferência do Estado no campo social e avanço de práticas assistencialistas, sendo que “O Estado, que até então desempenhava algumas funções de provedor de bem-estar social, distanciou-se ainda mais de suas funções, transferindo-as para o mercado, a sociedade e para a família” (Moser; Mulinari. 2017, p. 8).

Nesse viés neoliberal, nota-se que o investimento em políticas que objetivam reparar a desigualdade de gênero não é benéfico à ordem vigente, assim, contribui-se para que conserve essa disparidade econômica e reafirmação dos papéis de gênero. Devemos analisar o Serviço

Social em sua gênese a partir de práticas clientelistas e caritativas, situadas no campo de favor e não do direito. Percebe-se que as ações públicas eram realizadas com conotação de ajuda, benemerência e voluntarismo, dessa forma, houveram poucas ações do Estado para os indivíduos e famílias pobres que não conseguiam se autopromover:

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, da LOAS, da PNAS/2004 e da NOB/SUAS/2005 que a Assistência Social “legalmente” passa a figurar no campo do direito enquanto política social. E enquanto política social, a Assistência Social no seu modelo protetivo elege a família para a centralidade das suas ações, objetivando a potencialização da mesma para a sua sustentabilidade e concretização dos direitos dos seus membros. Conforme preconizado na NOB/SUAS/2005(p.90): A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência (Castilho; Carloto, 2010, p.17).

Percebe-se uma concepção da função protetiva da PNAS com base na matricialidade sociofamiliar. A partir de Pereira (2008), podemos situar o modelo protetivo da PNAS como um modelo pluralista de bem-estar social, visto que responsabiliza a família como protetora de seus membros e o Estado interfere apenas em situações de risco, dessa forma, reduz a atuação protetiva do Estado.

Dessa forma, Pereira (2008), aponta que o modelo de “Welfare pluralism” (Pluralismo de Bem Estar, referentes aos sistemas de bem estar social) busca dismantlar direitos sociais conquistados, propondo uma divisão de responsabilidades que pode ressuscitar desigualdades já superadas. Esse modelo devolve à família, especialmente à mulher, os encargos de cuidados antes assumidos pelo Estado. Isso exige mais tempo da mulher em casa, restaurando, assim, a desigualdade de gênero (Pereira, 2008, apud Castilho; Carloto, 2010).

Esse sistema fragiliza os direitos sociais conquistados, como também resgata padrões de desigualdade que já deveriam ter sido superados, particularmente no que diz respeito à divisão de trabalho e responsabilidades dentro da família. Essa reconfiguração das responsabilidades, que devolve à família as funções antes assumidas pelo Estado, tende a restaurar desigualdades de gênero, sobrecarregando principalmente as mulheres com os encargos de cuidado.

Nesse contexto, é relevante que o SUAS apresente a matricialidade sociofamiliar como um de seus princípios, considerando a família como foco da PNAS, buscando estimular a emancipação da família e superação das situações de vulnerabilidade. Contudo, sozinha a PNAS é insuficiente para abarcar as demandas das famílias, por isso demanda-se a articulação e integração das outras políticas sociais.

A CF de 1988, no artigo 226, reconhece diferentes arranjos familiares, incluindo casamento, união estável e a comunidade formada por qualquer um dos genitores. A PNAS/2004 entende a família como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade. A NOB/SUAS/2005 amplia esse conceito, vendo a família não apenas como uma unidade econômica, mas como um núcleo afetivo, composto por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, e envolvendo obrigações recíprocas organizadas em torno de relações de geração e gênero (Castilho; Carloto, 2010).

O conceito de família, conforme estabelecido na CF vigente, abrange diversos arranjos familiares, reconhecendo não apenas o casamento e a união estável entre homem e mulher, mas também a união formada por qualquer um dos genitores, ampliando a noção de família para refletir a diversidade das configurações familiares contemporâneas.

De acordo com Castilho e Carloto (2010), A PNAS no Brasil coloca a família como um elemento central, especialmente no que se refere às questões de gênero. O modelo de proteção social estabelecido pela PNAS, fundamentado nas legislações vigentes e normatizado pela NOB/SUAS/2005, posiciona a família como o pilar central na tríade entre Estado e mercado.

Assim, o Estado deve intervir apenas quando a família não se sustenta. Dessa forma: “O modelo familista reforça a desigualdade de gênero, à medida que aumenta a responsabilidade da mulher na proteção da sua família, sem o devido amparo do Estado” (Castilho; Carloto, 2010, p. 13).

O Estado brasileiro coloca a família como “primordial no desenvolvimento e promoção do bem-estar de seus membros” (Moser; Mulinari, 2017, p. 6). Contudo, não ocorre por meio do Estado a garantia por via das políticas públicas meios para que o núcleo familiar possa exercer sua função protetiva. Os autores Vitale e Baptista (2008 apud Moser; Mulinari, 2017), afirmam que as famílias pobres sofrem pela desigualdade social e são inseridas em programas sociais, destacando-se os de Assistência Social, de forma reduzida ou inseridas sem o acompanhamento de trabalho social. Dessa forma, a política social para os pobres é voltada para a concessão de benefícios assistenciais focalizados, e não geram mudanças na vida dos usuários que promovam a autonomia familiar.

Nota-se que mesmo com avanços constitucionais, a família no Brasil ainda é considerada como fonte privada e natural de proteção social, reverberando na culpabilização do núcleo familiar pelo sucesso ou fracasso de seus membros (Miotto, 2015). Deve-se refletir acerca dos modelos de família na contemporaneidade, visto que o familismo após os anos

1990 precede um modelo de família “tradicional” em que a mulher é a dona de casa e o homem o provedor.

Este modelo de família, biparental, heterossexual e baseado na maternidade compulsória, sempre foi funcional ao Estado capitalista. A manutenção desse modelo familiar e de sua moral, vinculada aos preceitos católicos, é vista como essencial para a preservação do Estado (Carloto; Nogueira, 2019).

Na contemporaneidade temos que ressaltar os novos arranjos familiares (extensa, nuclear, adotiva, de acolhida...), assim como também há novas demandas sociais como o alto índice de envelhecimento da população, gravidez precoce, entre outros fatos sociais que impactam nas estruturas familiares e demandam novas estratégias de proteção.

As novas formas de família e as mudanças no mercado de trabalho exigem estudos sobre as realidades familiares e os impactos das políticas públicas direcionadas a elas. A responsabilidade pelo bem-estar individual, frequentemente absorvida pela família, não é igualmente distribuída, sobrecarregando principalmente as mulheres, que assumem o papel de cuidar de crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência e da própria família (Cronemberger; Teixeira, 2015).

Assim, o Estado deve repensar suas medidas de proteção que devem abarcar as demandas das famílias e seus integrantes, dessa forma, deve-se ter atenção para que não haja uma sobrecarga na mulher e no seu papel de “cuidadora”, pois percebe-se que essa centralidade também traz consigo uma visão da mulher como a responsável por todas as mazelas da família, reforçando a desigualdade de gênero.

Devemos pensar os indivíduos não apenas como sujeitos únicos, mas inseridos em um núcleo familiar, a partir da lógica de que adultos que sofreram negligências quando crianças na maioria das vezes acabam repetindo esse comportamento com os seus próprios filhos. A lógica familista culpabiliza a família pelas mazelas de seus membros, gerando uma postura profissional conservadora, e afetando diretamente na PNAS no contexto do trabalho dos profissionais com as famílias, pois trabalhar com esse público exige que não as responsabilize por seus problemas e vulnerabilidades sociais, sendo fundamental considerar a realidade que elas vivenciam, e não uma versão idealizada (Moser; Mulinari, 2017).

Devemos reconhecer também que as famílias empobrecidas são negligenciadas social, política e economicamente pelo Estado, o qual deveria ser a instância máxima de proteção social, acaba transferindo sua responsabilidade para outras instâncias privadas, como a

vizinhança, a família, a comunidade, os grupos de amigos, Organizações não governamentais(ONGS) e o mercado (Teixeira, 2013 apud Moser; Mulinari, 2017).

Contudo, temos novos modelos de famílias como já citado anteriormente, e o familismo sobrecarrega as famílias principalmente as mulheres, a medida que o Estado não propõe medidas de suporte para os indivíduos. Assim, o Estado deve romper com a ideia de que as famílias são responsáveis por suas mazelas e propor medidas protetivas que abarcam as novas demandas sociais existentes na contemporaneidade.

Moser e Mulinari (2017), apresentam a perspectiva da desfamiliarização, que se opõe ao familismo. Essa abordagem defende a diminuição da responsabilidade da família pelo bem-estar social, transferindo essa responsabilidade para o Estado ou o mercado, promovendo maior independência para as famílias.

O Brasil, ao tentar combater a desigualdade social, tem focado em ações paliativas e benefícios focais, em vez de investir em programas e serviços que substituem parcialmente funções familiares, como creches, cuidados domiciliares, serviços de socialização e convivência, e programas profissionalizantes para diferentes faixas etárias (Moser; Mulinari, 2017).

Nesse sentido, o SUAS apresenta concepções relevantes para o trabalho com as famílias, contudo, ainda é limitado visto que as situações de vulnerabilidade das famílias demandam ações além do benefício ou do trabalho social que pode ser realizado com as mesmas.

Assim, é necessário repensar o papel das políticas sociais, pois muitas delas, atualmente, têm um caráter familista, o que acaba responsabilizando e sobrecarregando as famílias. Nesse contexto, considera-se essencial investir em políticas sociais voltadas ao fortalecimento e à autonomia das famílias, além de oferecer serviços que possam secundarizar de forma eficaz suas funções de reprodução social (Moser; Mulinari, 2017).

1.5. O público predominante no Cras Padre Faria: A mulher negra e mãe solo. Como o patriarcado e o racismo afetam a vivência dessas mulheres na sociabilidade capitalista?

Com base nos fundamentos expostos, retomamos o tema deste TCC: "A solidão da mulher negra e mãe solo: o alto índice de abandono paterno nos bairros com maior número de

usuários assistidos pelo CRAS Padre Faria". Nesse contexto, o racismo, o capitalismo e o patriarcado funcionam como estruturas de poder interligadas, que se reforçam mutuamente e perpetuam desigualdades sociais. As mulheres negras enfrentam uma dupla opressão: a de gênero e a racial. Destaque que esse público se apresenta como predominante na instituição.

A intersecção do racismo e do patriarcado aumentam a exposição às formas de violência, tanto no âmbito doméstico quanto em espaços públicos. Isso gera um ambiente de insegurança que limita a liberdade da população negra no país. Segundo Nogueira, Pereira e Toitio (2020), no contexto brasileiro, enfrentamos o desafio de combater a naturalização da violência, profundamente enraizada em nossas relações sociais, cuja origem remonta à colonização baseada na propriedade privada da terra e dos corpos. A violência tem caráter estrutural, manifestando-se através do racismo e do patriarcado. Ela extermina grupos subalternos de diversas maneiras: pela expropriação e exploração de recursos naturais e dos trabalhadores, pela concentração fundiária promovida pelo agronegócio, pela mercantilização da saúde e educação, pela privatização e desapropriação de bens essenciais, e pelo genocídio e encarceramento da população negra, todos considerados normais no cotidiano.

De acordo com Saffioti (1987), as classes dominantes se beneficiam dos três sistemas de dominação-exploração (patriarcado, racismo e capitalismo), consolidando o poder do homem branco adulto. As mulheres das classes privilegiadas têm o direito de usufruir da riqueza acumulada, uma riqueza proveniente da exploração das classes trabalhadoras, especialmente das mulheres e negros dessas camadas.

A partir dessa intensa exploração as mulheres negras vivem em uma estrutura em que são preteridas. A autora Silva, M. (2021), traz a afetividade como categoria entendida como essencial na dinâmica das relações entre sujeitos, desdobrando-se em duas grandes categorias: relações afetivas sexualizadas e não sexualizadas. Em ambas, os sistemas de opressão atuam ativamente, ora silenciando, ora invisibilizando os sujeitos racializados:

No interior das relações subjetivas a racialização informa quem são os sujeitos dignos ao exercício pleno dos afetos, ao passo que são as subjetividades que nomeiam as suas emoções e sentimentos, produzindo linguagens e, em última análise, discursos. Portanto, quando os sistemas de opressão atuam na capacidade de sentir, nomear e experienciar os cotidianos de afetividade, depara-se novamente com o fenômeno de aniquilamento, ou seja, o sentimento de abandono e solidão (Silva, M. 2021, p. 6).

Nesse sentido, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE apud Silva, M, 2021), de 2010, acerca do estado conjugal das brasileiras segundo raça, gênero e idade, as mulheres brancas em união conjugal correspondiam a 12,53% da população, enquanto as pretas e pardas eram 1,72% e 10,37%, respectivamente. Esses dados explicitam a ligação, nos relacionamentos afetivos, do fenôtipo com a solidão da mulher negra.

Assim, na escolha afetiva a pessoa desejada também sofre do colorismo, o mais próximo do fenôtipo da pessoa negra ser mais próxima da pessoa branca, menor será sua rejeição nas relações afetivas sexualizadas. A partir das reflexões de Silva, M. (2021) podemos chegar na solidão da mulher negra, resultando em práticas racistas estruturais e institucionais

A solidão vivida pelas mulheres negras não se limita às relações sexuais, mas se estende às afetivas com familiares, sendo marcada pela gravidez (mesmo quando interrompida), pela rejeição afetiva e pela diáspora. O preterimento dessas mulheres é influenciado por questões de raça, gênero e classe, consequências dos estereótipos associados às mulheres negras, ligados ao servilismo profissional e sexual (Silva, M. 2021).

Os estudos de Silva, M. (2021), indicam que embora reconhecemos que a solidão seja uma experiência subjetiva e emocional capaz de afetar pessoas de todas as origens, cor e identidades de gênero, devido a aspectos socioculturais, históricos e estruturais, as mulheres negras enfrentam desafios e contextos únicos que contribuem para a solidão nos relacionamentos afetivos, nos espaços de formação e trabalho, não se limitando a eles. Dessa forma, reconhece-se origens diversas para o fenômeno: a solidão emocional e sentimental, a solidão de origem social e existencial, a solidão interpessoal, em conjunto à recusa de reconhecimento social da solidão da mulher negra.

Nesse contexto, a mulher negra sofre duplamente em optar por ficar sozinha por não se sentir pertencente aos lugares, instituições e pessoas, a exclusão imposta pela sociedade reverbera em opressão. Essa solidão se apresenta mais por uma imposição do que opção, sofrem em relações sexualizadas e não sexualizadas. Silva, M. (2021), também demonstra estudos em que as mulheres negras se casam mais tarde comparadas com as mulheres brancas, em razão do repúdio do homem negro à ela. Essa rejeição ocorre em todos os estratos sociais, consequentemente gerando nessas mulheres sentimentos de rejeição, preterimento e solidão.

Podemos perceber que a sociedade ainda mantém sua herança racista e excludente, que afeta diretamente o direito da mulher negra, especialmente na concepção ampliada de saúde.

Os estudos mostram os impactos dessa história, revelando as diversas formas de solidão enfrentadas por esse grupo, incluindo solidão emocional, existencial e interpessoal. Destaca-se também a falta de reconhecimento social da solidão da mulher negra e os espaços limitados conquistados pelo feminismo negro (Silva, M. 2021).

Nesse viés, Gonzalez (1984), traz que desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo dominante são as moradias saudáveis em locais belos da cidade ou do campo, protegidos por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Essa comparação é desde a casa grande e do sobrado até os edifícios e residências atuais.

A divisão racial do espaço continua presente na sociedade, com o negro sendo naturalmente associado a lugares de exclusão como senzalas, favelas e áreas precárias. Nesse contexto, as famílias negras vivem em condições deploráveis, com falta de higiene e saúde, sendo constantemente vigiadas e reprimidas pela polícia, cujo papel é mais de violência do que proteção. Essa realidade reflete a sistemática repressão racial, com o objetivo de manter a submissão, evidenciada também na alta taxa de encarceramento da população negra (Gonzalez, 1984).

O sistema de escravidão considerava o povo negro como propriedade. As mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. A mulher negra era uma trabalhadora para seu proprietário e ocasionalmente era objeto de desejo sexual. (Davis, 2016).

Davis (2016), possui uma visão a partir da luta pelos direitos da população negra e das mulheres no Estados Unidos, contudo, algumas de suas reflexões também podem ser aplicadas ao Brasil, pois reflete que as mulheres negras como trabalhadoras, não eram tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família” ou de “provedores da família”, visto que, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava. Consequentemente vemos como esse fato reverbera nos dias atuais. Para o povo negro resta uma família matrifocal, que enfatiza a primazia da relação entre a mãe e a criança e apenas laços frágeis com o homem.

Destaque que a típica família escrava era matriarcal, o papel da mãe era mais relevante que a do pai. O estupro era uma forma de dominação, objetivando aniquilar os desejos de

resistência das escravizadas e desmoralizar seus companheiros. As mulheres negras livres e as escravizadas em consequência de seu trabalho fora de casa não tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Dessa forma, escaparam dos danos psicológicos do capitalismo industrial que as donas de casa brancas de classe média sofreram, vistas como fraqueza feminina e a submissão de esposa. Destaca-se que as mulheres negras dificilmente poderiam ser vistas como fracas; elas tiveram de se tornar fortes, visto que sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver.

Contudo, as mulheres negras não foram apenas donas de casa, pois sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas. Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até a exaustão. Tiveram que assumir a responsabilidade de provedoras da família.

Nesse sentido, de acordo com Nogueira, Pereira e Toitio (2020), é nesses termos que compreendemos a construção de relações patriarcais de gênero e sexualidade a partir de um quadro de análise que considera a divisão sexual do trabalho, o heterossexismo e a propriedade privada como elementos estruturantes das formas como homens e mulheres constroem a experiência de gênero e sexualidade.

Esses elementos estruturantes da sociedade reverberam até os dias atuais. Segundo Oyewumi (2004), ao teorizar a partir do espaço confinado da família nuclear, as questões de sexualidade automaticamente vêm à tona em qualquer discussão de gênero. Contata-se que parece não haver compreensão do papel da mãe independente de seus laços sexuais com um pai. Mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira., nota-se que ser mulher é um sinônimo de ser esposa.

A naturalização do termo “mãe solteira” é algo visto como extrema recusa por parte da discente, pois coloca mais uma vez a mulher em um ambiente conservador e machista. Considero que o estado civil de uma mulher não deveria ser usado como forma de ser pejorativa e uma forma de diminuir a responsabilidade ou irresponsabilidade do genitor. Deixando esclarecido, mãe solo é a mulher que possui como função educar os filhos sozinhos, abandonados pelo genitor da própria prole.

Utilizarei como metáfora a ser refletida a história do pássaro “Chupim” que é conhecido por depositar seus ovos no ninho de outras aves, muitas vezes fazendo com que os pais adotivos cuidem dos filhotes do chupim, em vez dos seus próprios. Esse comportamento pode ser comparado ao abandono paterno, em que um dos pais, ao invés de se envolver

ativamente na criação e cuidado dos filhos, se distancia e deixa a responsabilidade nas mãos do outro.

Assim como o pássaro chupim coloca suas crias nos ninhos de outras aves e as deixa para serem cuidadas, o abandono paterno é marcado pela ausência do pai, que muitas vezes deixa para a parceira a responsabilidade de cuidar dos filhos sozinha, sem a colaboração ou apoio necessário. Nesse viés, Saffioti (1987), traz o argumento que a função de educar, em sua maioria, fica à mercê das mulheres de forma que é uma atividade prolongada da função de socializar os filhos.

Nota-se a predominância de mães solo entre mulheres negras, esse é um fenômeno complexo, que envolve vários fatores sociais, econômicos e históricos. Percebe-se que o patriarcado, o racismo e o capitalismo são estruturas interligadas que beneficiam principalmente homens brancos, ricos e adultos, enquanto as mulheres e minorias étnicas permanecem em posições de subordinação. Saffioti(1987), traz uma crítica a forma como preconceitos raciais e de gênero são tratados como ideologias, sem o reconhecimento das relações de poder que os sustentam.

De acordo com Saffioti (1987), o surgimento de movimentos feministas na década de 1960 é relevante para tratar dessas questões, contudo, é necessário e a reconhecer a diversidade dentro do feminismo. Nesse sentido, há autoras que escrevem a partir da ótica do feminismo negro, com as especificidades das mulheres negras, suas experiências são atravessadas não apenas pelo gênero, mas também pela raça, classe, sexualidade e outras identidades., ou seja, a opressão que enfrentam é mais complexa do que a de mulheres brancas.

A partir dessa diversidade dentro do feminismo, podemos trazer uma análise de Saffioti (1987) com base que a sociedade capitalista está fundamentada em pelo menos três contradições: classe, raça e gênero, que formam um nó que apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Assim, Saffioti (1987), em uma análise complexa, explicita que o racismo, gênero e classe social estão interligados, assim como o capitalismo e o patriarcado: “O patriarcado e o racismo contém elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas” (Saffioti, 1987, p. 62).

Essas contradições presentes na sociabilidade capitalista foram essenciais para que ao longo do século XX, ocorressem lutas e movimentos que surgiram trazendo novas reivindicações e propostas de mudança política. A luta por uma democracia plena é possível se houver a abordagem simultaneamente das desigualdades sociais, étnicas e de gênero, a luta

pela justiça social irá beneficiar não apenas as mulheres e minorias, mas toda a sociedade, promovendo relações mais igualitárias;

Portanto, com base no exposto, Saffioti (1987), destaca que a educação no Brasil é construída pelas classes dominantes, ignorando a história das lutas sociais. Nesse sentido, a educação apresenta-se como um instrumento importante na luta pela igualdade racial e de gênero, pois é a partir dela que temos a possibilidade de ensinar as crianças a partir de uma ótica de igualdade. Assim, para a superação dos processos que vivenciamos no capitalismo é necessário a construção de uma nova forma de sociabilidade mais igualitária, rejeitando as desigualdades e violências do sistema atual.

CAPÍTULO 2: O PREDOMÍNIO DAS MULHERES NEGRAS E MÃES SOLO COMO PÚBLICO MAJORITÁRIO DO CRAS PADRE FARIA

Este capítulo tem como objetivo analisar a hipótese que mulheres, em especial as mães solo, representam o público majoritário atendido pelo CRAS Padre Faria, com ênfase nos três bairros mais assistidos pela instituição: Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade. A análise considera aspectos históricos e estruturais, como o racismo e o machismo, que contribuem para essa realidade. A partir disso, serão discutidas as dificuldades enfrentadas por mulheres negras e mães solo, como a sobrecarga de responsabilidades domésticas, a escassez de apoio financeiro e emocional, a limitação no acesso ao mercado de trabalho e a discriminação racial.

Essas questões sociais afetam diretamente a vida dessas mulheres e sua capacidade de acessar seus direitos. O CRAS, por sua vez, busca atender a essas necessidades, oferecendo serviços como o Bolsa Família e as cestas básicas que se apresentam como um cartão no valor de 180\$, dentre outros. No entanto, existem limitações significativas no atendimento a esse público, como a falta de recursos, infraestrutura adequada e o preconceito estrutural dentro dos serviços da Assistência Social. Além disso, o contexto de racismo e desigualdade social dificulta a eficácia das políticas implementadas. É fundamental refletir sobre o papel do CRAS Padre Faria na vida das mulheres negras e mães solo, reconhecendo a PNAS não apenas como um meio de auxílio para sobrevivência, mas também como um potencial local de transformação social.

2.1. Ouro Preto: o território do CRAS Padre Faria

A instituição base dessa pesquisa se encontra na cidade histórica de Ouro Preto, MG. Segundo Leite (2005), originalmente chamada de "Vila Rica de Ouro Preto", a cidade surgiu no século XVIII, período em que os bandeirantes paulistas percorriam a região, desbravando as florestas, aprisionando indígenas e em busca de tesouros escondidos. Esse contexto de exploração e conquistas deu origem ao município, que viria a se tornar um dos maiores centros urbanos do Brasil colonial.

Assim, inicia-se a corrida ao ouro nas minas, com diversas expedições que construíram povoados e pequenas vilas, que depois se tornaram cidades. A cidade de Ouro Preto, MG, teve sua formação histórica marcada por muito sangue e suor derramado embaixo das construções da cidade.

Minas Gerais sempre sustentou uma grande população escrava desde o período colonial até a abolição. Em 1767 a Capitania contava com 126.603 escravos, o que correspondia a 60,7% da população total. Embora o percentual de escravos no conjunto da população mineira tenha caído para 35,4% em 1821, o contingente cativo continuou sendo o componente da mão-de-obra mais importante da economia de Minas. Em 1819 havia na província 168.543 escravos, 15,2% da população escrava do Brasil. Em 1872 essa porcentagem cresceu para 24,7% . Assim, Minas Gerais foi, até o final do século XIX, a maior detentora de escravos do Brasil (Rangel, 2006. p.15).

Nesse sentido, a cidade foi construída pelas mãos dos trabalhadores africanos, e quem segurava “Cum ment et malleo” (com a mente e o martelo, como diz o lema da Escola de Minas), eram esse povo, que realizavam o trabalho de mineração e construção da cidade. Os escravizados africanos eram trazidos para Ouro Preto com o objetivo de trabalharem na mineração, agricultura e construções, eram explorados pelos donos ou alugados por terceiros como domésticos. Desde o início, o racismo imperava na sociedade. Assim, os cativos que trabalhavam e produziram na cidade construíram os túneis das minas e foram excluídos das riquezas sociais produzidas pela sociedade.

Na medida em que o ouro foi sendo explorado, mais mão-de-obra era necessária, atraindo pessoas de toda a parte do Brasil e Portugal. Nesse sentido, a cidade teve influência dos portugueses para a introdução da arte barroca. A arquitetura da cidade se desenvolveu de acordo com as necessidades da população, que cresceu rapidamente. No início havia moradias improvisadas de barro, esteira e madeira. Com o tempo, surgiram as casas de pedra e os edifícios públicos com cantarias (Leite, 2005).

Nesse contexto, viemos de uma sociedade saqueada desde sua gênese com a colonização. Houve um eurocentrismo na ciência, cultura, vestimenta e uma imposição de um modo correto de ser. Nesse sentido, a contribuição do negro e do indígena para a formação social brasileira foi muito significativa, além do fornecimento de força de trabalho durante o período de colonização, porém, os seus valores, cultura e tradições foram corrompidos ao longo da construção da sociedade brasileira. Assim percebe-se as raízes da discriminação racial no Brasil.

A partir de uma sociabilidade colonizada, vivemos no continente latino-americano um capitalismo “sui generis”, com base na dependência, superexploração da força de trabalho e pelo subimperialismo (Marini, 2005 apud Bertollo, 2021). Dessa forma, as economias dependentes não produzem para si mesmas, e sim para atender as demandas externas dos países de capitalismo central. É nessa estrutura que se forma o capitalismo dependente na

Região Inconfidentes, em MG. Temos um contexto violento perante a natureza e a força de trabalho. Temos uma região fortemente marcada pela mineração extrativista e, dessa maneira, as classes sociais são formadas.

Percebemos como desde o surgimento da cidade já havia uma divisão de classes, como é citado na obra Manifesto Comunista: “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes” (Marx; Engels, 1997, p. 29). Desde que a produção excedente se constituiu, existiu opressores e oprimidos. Para o autor tudo está em constante processo de mudança, e o que move essas mudanças são os conflitos resultantes das contradições dessas classes. No capitalismo essas contradições seriam as diversas posições ocupadas por distintas classes sociais.

Os morros de Ouro Preto, em sua gênese, foram compostos por moradores de baixa renda, que migraram para ocupações inadequadas como morros perigosos. Nesse sentido, Manzano (2019), traz a afirmação que a população responsável pela produção da riqueza no mundo é a classe trabalhadora. Nesse viés, desde que a sociedade foi fragmentada em diferentes classes sociais, especificamente no capitalismo, quando uma classe social se apropriou dos meios de produção, o grupo da população que não detém a propriedade privada destes meios de produção é obrigada a vender a única coisa que possuem: a sua força de trabalho.

Dessa forma, é necessário compreender a história de um município como Ouro Preto, marcado por uma região mineradora, pelo escravismo e o racismo. Ouro Preto está situada no quadrilátero ferrífero, que traz também a categoria de superexploração dos trabalhadores e geram impactos ambientais. O contexto da mineração extrativista é baseado na destruição da natureza e na superexploração da força de trabalho. Assim há mais dois marcos históricos na atualidade contemporânea: o rompimento crime da barragem de Fundão, que ocorreu em 2015 na cidade de Mariana (MG), sob propriedade da mineradora Samarco S.A e o rompimento crime da barragem da Mina do Feijão, em 2019, na cidade de Brumadinho MG, sob propriedade da mesma mineradora (Bertollo, 2021).

A atividade mineradora teve suas ações contestadas após esses rompimentos crimes que ocorreram. A mineração produz muita poluição, as atividades econômicas vão caindo nos locais. Temos municípios que já sofreram impactos das mineradoras e esses impactos se aprofundam, gerando novas questões. E outros municípios conheceram a mineração após o rompimento, como a cidade de Barra Longa. Deve-se destacar que há outros métodos para

direcionar os rejeitos, mas necessita de uma mudança estrutural e de um investimento alto, que não gera um lucro extraordinário, assim, não é visto como prioridade das empresas.

A partir dos efeitos da mineração na cidade e no Estado, poderemos perceber que é na luta de classes que a história se construiu, a escravidão foi fortemente marcante na cidade de Ouro Preto. Dessa forma, segundo a teoria marxista, a escravidão, a servidão e o capitalismo são etapas de um mesmo processo, no qual apenas os interesses da classe dominante têm importância.

A cidade de Ouro Preto possui muitos bairros mal estruturados e pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, podemos constatar isso a partir do quanto o CRAS são relevantes na cidade, pois oferecem serviços que visam a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania.

Na cidade de Ouro Preto MG há dois CRAS: O referente a esta pesquisa é localizado no bairro Padre Faria, e o outro CRAS é referente ao bairro São Cristóvão. É uma instituição pública, considerada a porta de entrada do SUAS, contudo, a falta de financiamento adequado da política tem impactado em seus serviços. Nesse contexto, em um território fortemente marcado pela desigualdade social, os serviços ofertados na instituição são extremamente relevantes para a população, são referentes à Proteção Social Básica de Assistência Social (PSB), segundo a PNAS (2004, p. 34) e se constitui como:

Aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (PNAS, 2004, p. 34).

A instituição trabalha na área que compete ao acesso à benefícios e direitos para a população que demanda dos serviços ofertados, a fim de realizar a prevenção no âmbito da PSB. Como exemplo temos: o Auxílio aluguel, auxílio natalidade, auxílio funeral, cestas básicas (digital), Bolsa Família, Benefício de prestação Continuada (BPC), tarifa social, passes de ônibus, isenção de documentos e auxílio subsistência. Estes serviços são trabalhados em dois programas: o Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Hoje, a principal demanda é a alimentação/cesta básica, que está sendo transformada em um cartão digital no valor mensal de 180 reais, cuja viabilização se realiza em até 15 dias. Pode ser recarregado por 4 meses contínuos e após é realizado uma nova avaliação

socioeconômica. Esse valor é irrisório, perante os preços de alimentos, sequer contemplando o que vinha na cesta física. Ademais, vemos a grande dificuldade dos usuários, principalmente dos sujeitos idosos, em manusear o cartão. Ademais, há o cartão sobressalente que são para casos de urgência em que o usuário não pode esperar os 15 dias, esse cartão já vem carregado, contudo, o número de cartões por instituição é irrisório.

2.2. O perfil dos usuários do CRAS Padre Faria

O perfil dos usuários da instituição é, em sua maioria, composto por indivíduos de famílias de baixa renda, residentes em bairros periféricos, que buscam acesso a benefícios e direitos voltados para a prevenção no âmbito da PSB, a maioria dos atendimentos na instituição ocorrem de forma espontânea. Além disso, muitos necessitam de medidas que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares.

A partir do estágio na instituição realizado pela discente pode-se notar que o contingente de usuários é formado em grande parte por famílias em que a mãe é a responsável pelos integrantes. Esse contexto pode ser exposto a partir da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, segundo o documento, mais de 11 milhões de mães criam os filhos sozinhas. Assim, 90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são negras, e 72,4% vivem apenas com os filhos sem uma rede de apoio (G1, 2023).

A partir dessa pesquisa constata-se que essas mães, em grande parte, enfrentam dificuldades econômicas. As mães solo têm uma taxa de pobreza mais alta comparada às famílias nucleares (compostas por mãe, pai e filhos). A situação de vulnerabilidade econômica é mais expressiva entre as mulheres negras e pardas, que representam uma proporção ainda maior entre as mães solo, refletindo também o impacto das desigualdades raciais e de classe no Brasil.

Em nosso país, o termo 'parda' refere-se àquelas que se identificam com uma cor de pele intermediária, resultante da mistura entre os grupos raciais negro e branco. A categoria 'parda' é um conceito sociocultural adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em censos e pesquisas, para abranger pessoas que, em termos de aparência física, não se encaixam exclusivamente nas categorias 'branca' ou 'negra', mas se situam entre ambas. Essas pessoas, de acordo com a classificação do IBGE, geralmente apresentam características físicas que variam em tons de pele, mais claros ou escuros, e seus ancestrais podem incluir

uma combinação de etnias, como indígenas, negros e brancos.

As mães solo têm, em média, menos acesso a empregos formais e enfrentam dificuldades maiores de conciliar trabalho e cuidado com os filhos, muitas vezes tendo que se dividir entre atividades laborais e domésticas. Além disso, as mães solo têm nível educacional ligeiramente inferior em comparação a outras mulheres, o que impacta diretamente as possibilidades de empregabilidade e rendimento.

A pandemia de Covid-19 exacerbou as dificuldades dessas mães, especialmente no que diz respeito ao aumento da carga de trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos durante o fechamento de escolas. Além disso, o impacto econômico foi mais severo para as famílias lideradas por mulheres, muitas delas tendo perdido empregos ou enfrentado a redução de renda. Esses dados são fundamentais para a criação de políticas públicas que promovam a autonomia econômica e social dessas mulheres, oferecendo maior apoio na conciliação entre vida profissional, familiar e social.

Esse cenário de fragilidade social, segundo o documento ‘Expressão Popular’ (2022), nota-se que o público de famílias negras residentes em periferias no país são em sua maioria chefiadas apenas por mulheres, que estão mais expostas às situações de violências, sobretudo pela ausência de políticas públicas efetivas que deveriam ser garantidas a partir do Estado, pela CF de 1988.

Apresenta-se, dessa forma, as faces da desigualdade social e as consequências que ampliam as expressões da QS, intrínsecas ao modo de produção da sociabilidade capitalista. A partir dos registros em meu diário de campo, e observações das entrevistas na instituição durante um ano, destaca-se que a maioria dos usuários que buscam o CRAS Padre Faria são pessoas negras, com baixa escolaridade, classe trabalhadora (em sua maioria em trabalhos informais), com destaque para o fato de que há uma grande procura por parte de mulheres negras e/ou mães solo.

Na instituição, vemos uma grande procura pelo Programa Bolsa Família e pela Cesta Básica. Nesse contexto, o assistente social na instituição trabalha articulado com outros profissionais, em um trabalho interdisciplinar, articulado com psicólogo, pedagoga e educadora social. Nesse sentido, temos uma formação que atua na intervenção na vida do sujeito, como exemplo, nota-se que programas de renda mínima como o Bolsa Família, reverberam diretamente na subjetividade do indivíduo e sua família, assim, uma sociedade com saúde é além da ausência de doença.

Há a necessidade do assistente social nesse âmbito refletir acerca dos direitos dos

indivíduos, pois necessitam de alimentação, moradia, saneamento básico, emprego, renda, entre outros componentes que possibilitem o bem-estar físico, mental e social enquanto elementos determinantes no processo de saúde-doença.

Nesse sentido, o Serviço Social sofre consequências devido à sua protoforma ligada à caridade. Em uma cidade pequena como Ouro Preto, vemos casos de clientelismo², em atitudes já retratadas pelas técnicas da instituição de vereadores irem ao CRAS dando ordens, ou até mesmo encaminhando usuários para buscarem Cesta Básica (que é um direito), como forma de troca por votos. Ademais, a cidade tem uma forte ligação com a religião católica, favorecendo o conservadorismo e a concepção do assistente social como uma pessoa “boa”, e não um trabalhador assalariado que está apenas viabilizando direitos. Assim, nota-se que os usuários atrelam o recebimento de benefícios como "boa vontade" e "assistencialismo".

Há uma disputa na sociedade, a partir de lutas contra o desmanche de direitos; na construção de parâmetros capazes de deter a privatização do público, e a destruição da política, na perspectiva de construir a hegemonia das classes que vivem do trabalho na sociedade. Nesse sentido, segundo Yazbek (2018), vivemos grandes desafios no âmbito da luta pelo reconhecimento público e a construção dos direitos sociais da população atendida.

A partir desses desafios, vivencia-se uma precariedade da Assistência Social, a partir de grupos da população, como pessoas em situação de pobreza, sujeitos idosos, crianças, pessoas com deficiência e desempregados desprotegidos e com acesso limitado a serviços essenciais, gerando aumento dos níveis de desigualdade e exclusão social. Assim, contribui-se para a perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que os usuários possuem dificuldades em acessar os serviços de saúde, educação e capacitação necessários para melhorar sua qualidade de vida.

Vivencia-se uma precariedade que não é por acaso, é um desmonte da política de saúde e da educação que visa ir na contramão do que prega a profissão: a emancipação humana. A relação entre a precariedade da PNAS e o desmonte das políticas sociais envolve questões políticas, econômicas e sociais que permeadas pela sociabilidade capitalista reverbera no lucro acima da qualidade das políticas.

Nesse contexto, a política social é uma mediação fundamental entre a realização do direito. Contudo, se a política atua de forma descontínua, incompleta, seletiva e não

² Prática eleitoral de certos políticos que consiste em privilegiar uma clientela ('conjunto de indivíduos dependentes') em troca de seus votos; troca de favores entre quem detém o poder e quem vota. (Oxford, languages).

democrática, passa a ser apenas um controle e enquadramento dos pobres. Esses direitos são públicos e possuem a universalidade como perspectiva, envolvem interesses coletivos (interesses de uma classe social), devem possuir transparência pública e demandam o controle social, a participação e a democratização, mas estão sendo ameaçados.

O desmonte das políticas sociais pode ter impactos negativos à longo prazo na sociedade, resultando em uma população desprotegida socialmente, afetando o desenvolvimento econômico e social do país como um todo. Destaca-se que as funcionárias da instituição, assim como toda a classe trabalhadora, sofrem as consequências de uma sociabilidade regida pela lei geral de acumulação capitalista. São apenas parte de uma classe trabalhadora que se vê ameaçada e coagida a responder às demandas do capital para manter os seus empregos.

Vivemos um contexto a partir do aprofundamento do desemprego estrutural, da precarização do trabalho e da insegurança social diante da redução das proteções sociais do trabalho por consequência da sua nova morfologia, expressas pela tríade flexibilização, informalização e terceirização do trabalho (Antunes, 2013).

Nota-se as tendências a focalizar e privatizar as políticas sociais, a partir de um aumento da pobreza e desmonte da proteção social. Assim, o bem estar social que é direito de todo cidadão é colocado sob a responsabilidade dos indivíduos e das famílias, recaindo principalmente sobre a mulher a obrigação de administrar a família.

Dessa forma, não há a possibilidade do campo dos serviços sociais deixarem de sofrer as consequências da lei de terceirização irrestrita, assim como, a classe que vive do trabalho - como os assistentes sociais que trabalham viabilizando direitos para a classe trabalhadora enquanto fazem parte da mesma - não sofrer os impactos da Reforma Trabalhista, implementada em 2017, em que visa: ‘Mais opções de contratação, agora os trabalhadores poderão trabalhar com novas opções de contrato como teletrabalho e trabalho intermitente.’ (Silva, P. 2017. p.24).

Também há consequências da Reforma da Previdência, implementada em 2019, em que refletem a sociabilidade capitalista e as consequências para a instituição.

A idade mínima para aposentadoria é um dos pontos centrais da reforma da previdência da Emenda Constitucional nº 103/2019, aprovada no Congresso Nacional. Sendo estabelecida uma idade mínima para jubilação dos segurados de 62 anos para mulheres e 65 anos no caso dos homens. Além da idade mínima, são definidas regras de transição, o fim do fator previdenciário e do sistema de pontos progressivo. (Araújo, 2019. p.5).

Dessa forma, a partir das análises realizadas pela discente em seu período de estágio, na conjuntura atual, o Serviço Social no CRAS da cidade pouco contribui para a construção de sujeitos pensantes, sendo apenas um meio de responder às demandas que se apresentam no imediato, e as requisições do Estado/empregador. Contudo, é possível realizar ações com base em uma prática profissional alinhada ao PEP, com a luta por uma formação de qualidade e o fortalecimento da categoria, a partir de articulações com movimentos sociais e outros profissionais; visando atuações profissionais que não irão produzir/reproduzir violações de direitos.

2.3 Coleta e análise de dados.

Iniciei minha pesquisa no CRAS Padre Faria no dia 22 de outubro de 2024. A instituição possui 28 gavetas com os cadastros dos moradores dos bairros atendidos: Alto da Cruz, Santa Cruz, Padre Faria, Morro Santana, Piedade, Antônio Dias, Morro da Queimada, Morro São Sebastião, Caminho da Fábrica, Taquaral, Morro São João, Alto das Dores, Santa Efigênia e Catarina Mendes, totalizando 4.032 cadastros. Para esta pesquisa, concentrei-me nos bairros Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade, que apresentam o maior número de usuários que frequentam ou frequentaram a instituição, somando 1.895 cadastros distribuídos em 14 gavetas, tive acesso a 1.074.

Há muitos cadastros desatualizados, do ano de 2009. Muitos usuários foram ao Cras apenas uma vez e não houve um retorno. Duas funcionárias da instituição, ao ouvir sobre meu tema de TCC, comentaram que a maioria dos seus atendimentos são mulheres negras e mães solo.

Em um país desigual como o Brasil encontram-se fenômenos alarmantes, como exemplo, em um dos cadastros havia uma mulher negra não alfabetizada, muitas mulheres negras com filhos de pais diferentes (algumas recebiam pensão apenas de um ou de nenhum dos genitores).

A partir das informações coletadas nos cadastros da instituição, foram construídos gráficos que foram organizados a partir de uma planilha do excel e da funcionalidade de gráficos. Destaca-se que não há nenhum documento ou relatório da instituição que exponha a cor/raça dos usuários, ou uma autodeclaração dos mesmos; dessa forma, a coleta de dados foi a partir do fenótipo apresentado nas fotos de identidade que constam nas fichas das usuárias,

constatadas a partir da observação da discente, a partir de um fenótipo aparente nos documentos de foto.

Embora no Brasil tenha uma variedade de fenótipos, cores de pele e texturas de cabelos, juntos, se tornam símbolos de inclusão e exclusão na sociedade brasileira. Sobre essa questão, Gomes (2012) reitera que os aspectos físicos expressam a construção social, cultural, política e ideológica e que por isso não podem ser considerados simplesmente elementos biológicos (GOMES, 2012, p.2). Assim, no Brasil, para além da origem, os fenótipos da pessoa são características essenciais para determinar se um indivíduo sofrerá ou não racismo (Bispo, 2019, p. 15).

Nesse sentido, o conceito de fenótipo se refere ao conjunto de características físicas observáveis de um indivíduo, resultantes da interação entre seus genes e o ambiente. Como exemplo, as bancas de heterotidentificação em concursos públicos utilizam uma comissão que avalia os aspectos fenotípicos do candidato, como cor da pele, textura do cabelo e traços faciais. Assim, neste momento, não são considerados documentos históricos ou familiares, apenas as características físicas visíveis (Bastos, 2024).

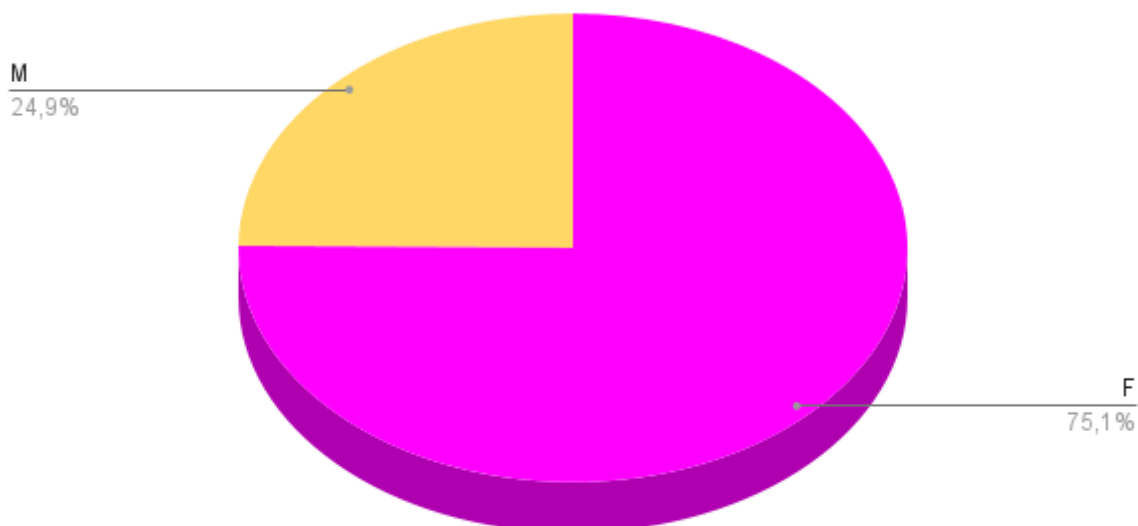
No Brasil, onde a miscigenação é muito comum, muitas pessoas negras podem ter traços fenotípicos variados. Uma pessoa pode ter uma pele escura, mas apresentar cabelo liso ou olhos claros, o que faz com que a identificação do fenótipo negro não se baseie apenas em uma característica isolada.

O fenótipo não é um critério absoluto para identificar a identidade racial de uma pessoa. Essa é também construída socialmente, e no Brasil, por exemplo, a autodeclaração (como a pessoa se vê ou se identifica) tem um papel central. As categorias de "negro", "pardo", "branco", indígena, entre outras, são frequentemente baseadas em uma combinação de características físicas e a percepção social.

Em suma, embora seja possível identificar algumas características físicas comuns associadas ao fenótipo de pessoas negras, é fundamental reconhecer a diversidade e a complexidade da identidade racial, especialmente em contextos de grande miscigenação, como o Brasil.

A partir do exposto, considero que foi um desafio relevante em minha formação profissional ter o contato com os cadastros dos usuários, e a partir da minha percepção fazer a declaração se são usuárias que podem ser consideradas negras.

GRÁFICO 1: USUÁRIO DE REFERÊNCIA FAMILIAR NOS BAIRROS PESQUISADOS



Fonte: Cadastros do CRAS Padre Faria. Elaborado pela discente, em 2024.

O Gráfico 1 expõe que, a partir da minha pesquisa, foi constatado que a maioria dos cadastros dos bairros contemplados no estudo possuem como Referência Familiar (RF) uma mulher. A letra "M" significa Masculino e "F" significa Feminino. O usuário que se apresenta como RF é o responsável por atualizar o cadastro e garantir os benefícios da instituição.

Em todos os gráficos, este foi o único em que utilizei os cadastros dos homens sem aplicar nenhum critério adicional, exceto o fato de a RF ser um homem. Não utilizei o critério do ano de atendimento, apenas o gênero da RF, com o objetivo de demonstrar como as mulheres ainda representam a maioria das usuárias do CRAS e continuam sendo predominantemente a RF.

Nos bairros pesquisados, foram encontrados 1.895 cadastros nas gavetas dos registros, dos quais 1.074 cadastros estavam disponíveis para análise. A proporção de cadastros analisados em relação ao total disponível foi de 56,6% (1.074 de 1.895). Entre os cadastros analisados, foram identificados 267 homens (24,9% do total de cadastros analisados) e 807

mulheres (75,1% do total de cadastros analisados) como RF, considerando o atendimento realizado nos anos de 2023 ou 2024.

A contagem de cadastros que não entraram nos critérios da pesquisa é de 821 cadastros, que representam 43,4% do total de registros disponíveis (1.895). Esses cadastros não foram incluídos na pesquisa porque: ou foram atendidos antes de 2023, ou foram atendidos em 2025, ou ainda estavam indisponíveis no momento da busca. Vale destacar que, entre esses 821 cadastros, a maioria são mulheres, o que reforça a predominância do gênero feminino como RF na instituição.

A partir desses dados, o gráfico expõe essa realidade com os registros disponíveis no momento da pesquisa. Nesse contexto, temos um grande contingente de famílias unipessoais, que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento (MDS, 2023), uma família é um grupo de pessoas que compartilha o mesmo domicílio, renda e despesas, e uma família unipessoal é quando a pessoa mora sozinha. Destaca-se que a maioria desses cadastros são de homens. Nesse sentido, percebe-se um aumento de homens como RF.

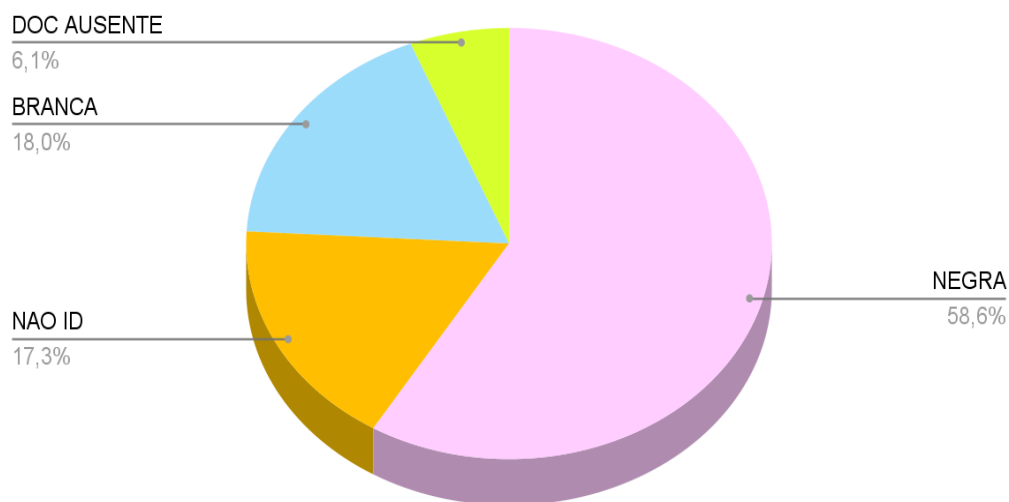
Segundo Maia e Santos (2024), no Brasil há uma progressiva redução dos núcleos familiares e uma diversidade dos mesmos, é possível perceber que as famílias da instituição acompanharam essas mudanças, gerando novas demandas e políticas públicas que devem considerar essa realidade. A partir dessas mudanças Miotto; Campos; Carloto (2015), expõem que as transformações na economia, no mundo do trabalho e a tecnologia, também influenciaram a família. Assim, novas configurações demográficas, com famílias menores, com mais idosos, entre outros. Esses fenômenos são perceptíveis nos cadastros dos usuários, visto que há muitos idosos e famílias unipessoais.

Nesse contexto de mudanças na sociedade, Teixeira e Cardoso (2014 apud Maia; Santos, 2024) afirmam que, historicamente, a estrutura patriarcal e burguesa da família tem sobrecarregado as mulheres, e que as mudanças nas configurações familiares exigem uma adaptação das políticas sociais, como a criação de serviços especializados para idosos e pessoas com deficiência.

A partir do século XVIII, com o avanço da industrialização e o fortalecimento do capitalismo, a família passou a ser vista como um espaço privado, marcado pela divisão sexual do trabalho. Ela assumiu a função ideológica de transmitir os valores morais da sociedade burguesa (Carloto, 2005, apud Maia e Santos, 2024).

Dessa forma, durante as últimas décadas tivemos mudanças relevantes no país: o crescimento da população urbana, o aumento da expectativa de vida, a queda da taxa de

natalidade e mortalidade infantil. Segundo os autores Maia e Santos (2024), também houve novas possibilidades de relacionamentos fora do padrão heterossexual, monogâmico e indissolúvel, que também que contribuíram para a modificação dos arranjos familiares.

GRÁFICO 2 : FENÓTIPO PERCEPTÍVEL DAS USUÁRIAS DOS CADASTROS ANALISADOS:

Fonte: Cadastros do CRAS Padre Faria. Elaborado pela discente, 2024

Todos os gráficos a seguir utilizam apenas os cadastros das mulheres. O Gráfico 2 apresenta a seguinte distribuição: foram encontradas 163 mulheres com o fenótipo negro (representando 58,6% do total de cadastros analisados), 50 mulheres que podem ser consideradas brancas (representando 18,0%), 48 mulheres em que não foi possível identificar o fenótipo devido à má qualidade do documento (representando 17,3%) e 17 mulheres que não tinham documento registrado nos cadastros (representando 6,1%), totalizando 278 mulheres.

Vale ressaltar que, do total de 807 mulheres atendidas, apenas 278 atendem aos critérios deste gráfico: mulheres, solteiras e com filhos menores de idade. Isso representa 34,5% do total de mulheres atendidas.

Dessa forma, sobram 529 mulheres (representando 65,5%), em sua maioria mulheres negras, mas que moram sozinhas, algumas não possuem filhos menores de idade, outras são casadas ou não têm filhos. Esses casos não atendem aos critérios do gráfico.

A partir da análise do fenótipo das mulheres, pode-se concluir que a maioria das mulheres atendidas nos cadastros de 2023 e 2024 são mulheres negras. O dado "NÃO ID" (não identificado) se refere aos cadastros em que a foto do documento estava ilegível devido à má qualidade da cópia.

Nesse sentido, as autoras Maia e Santos (2024) destacam que diversos eventos no Brasil influenciaram a concepção de família, como a popularização do exame de ácido desoxirribonucleico (DNA) nos anos 1990, que impactou as relações familiares. Além disso, a promulgação da CF de 1988, com o artigo 226, definiu a família como a base da sociedade, atribuindo ao Estado a responsabilidade de protegê-la. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 também foi um marco importante, pois reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, contribuindo para a desconstrução do modelo tradicional de família.

Apesar da persistência da idealização da instituição familiar, eventos históricos no Brasil provocaram mudanças na sociedade, desafiando o padrão de família considerado adequado. Houve uma redução no número de filhos em todas as classes sociais, especialmente entre as famílias pobres, que anteriormente apresentavam taxas de fecundidade mais altas (Sarti, 2003, apud Maia; Santos, 2024, p. 4-5).

As autoras apresentam dados do IBGE que mostram mudanças na população brasileira, destacando uma desaceleração no crescimento populacional. O Censo Demográfico de 2022 apontou que o Brasil tem 203 milhões de habitantes, com a menor taxa de crescimento desde 1980, sugerindo uma redução no número de nascimentos. Esse fenômeno é refletido na diminuição das famílias numerosas e no encolhimento das famílias, com menos pessoas por domicílio.

Em 2022, o perfil familiar brasileiro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é mais diverso, com 66,3% das famílias sendo nucleares, uma redução em relação a 2012. Além disso, crescem as famílias unipessoais (15,9%), especialmente entre pessoas com 60 anos ou mais (Maia; Santos, 2024, p. 6).

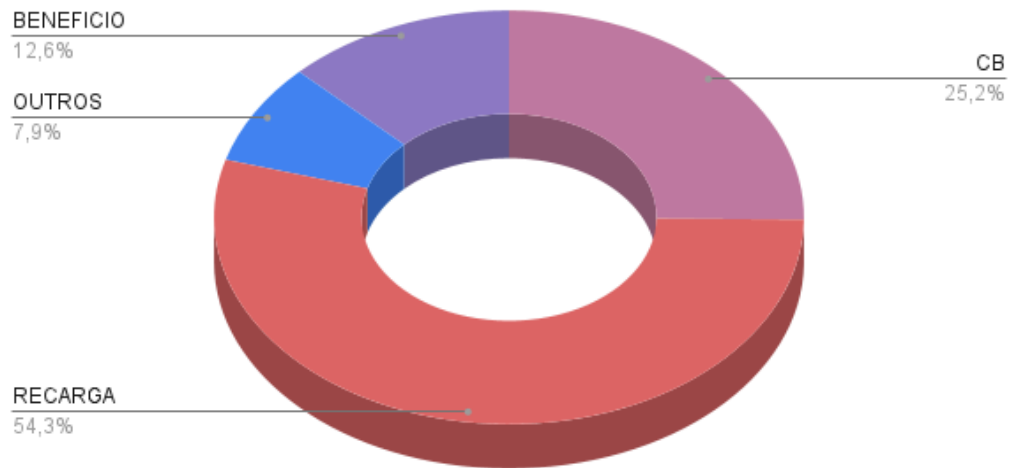
As mudanças na estrutura etária, com aumento da população idosa e queda no número de jovens, indicam uma maior carga sobre a população ativa, o que exige ajustes nas políticas públicas, especialmente nas áreas de previdência e saúde. Observa-se uma divergência entre os dados da PNAD e as informações do Cadastro Único, que indicam um aumento das famílias unipessoais, possivelmente devido ao estímulo para o cadastro durante a pandemia para o Auxílio Emergencial.

As autoras também apontam que as mudanças na organização familiar exigem um redirecionamento nas políticas públicas, mas observa que a proteção social no Brasil ainda

está marcada pelo conceito de familismo, que responsabiliza as famílias, especialmente as mulheres, pelo cuidado social, muitas vezes além de suas capacidades.

Apesar dos avanços em programas como o Bolsa Família, percebe-se a sobrecarga das famílias, principalmente as de baixa renda, e destaca a necessidade de uma política pública que minimize as responsabilidades exclusivas das famílias e ofereça maior autonomia aos seus membros. Percebe-se a naturalização da função protetiva das mulheres, que acumulam responsabilidades domésticas e laborais, e defende que as políticas sociais devem responder às novas configurações familiares e às desigualdades sociais, considerando as especificidades de cada contexto familiar.

GRÁFICO 3: DEMANDA DO ATENDIMENTO DAS USUÁRIAS DOS CADASTROS SELECIONADOS

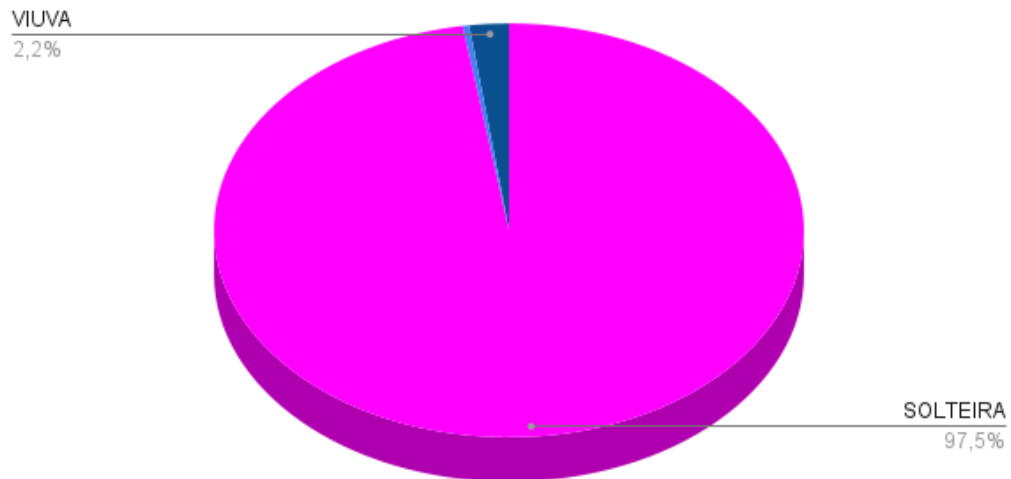


Fonte: Cadastros do CRAS Padre Faria. Elaborado pela discente, 2024.

O Gráfico 3 apresenta as demandas de atendimento das usuárias, confirmando que a maior parte delas buscou a recarga da Cesta Básica (CB), que corresponde ao valor de 180 reais para o cartão digital de cesta básica.

No contexto das 278 mulheres atendidas, a distribuição das demandas foi a seguinte: 151 mulheres (representando 54,3%) procuraram pela recarga da CB. 70 mulheres (representando 25,2%) solicitaram a CB. 35 mulheres (representando 12,6%) buscaram algum benefício eventual, e 22 mulheres (representando 7,9%) procuraram atendimento para outras questões.

A principal demanda foi pela recarga da Cesta Básica (CB), com 54,3% das mulheres atendidas solicitando esse serviço, o que indica que a fome é a principal razão pela qual os usuários recorrem ao CRAS.

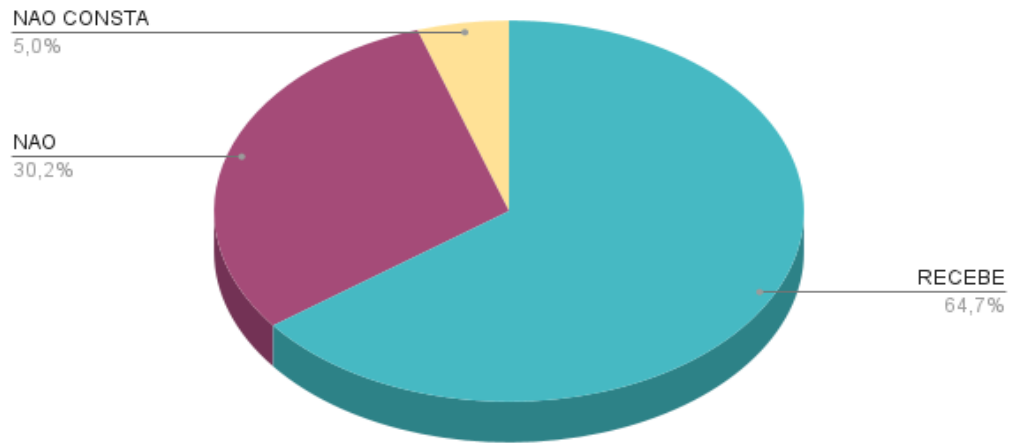
GRÁFICO 4: ESTADO CIVIL DECLARADO PELAS USUÁRIAS

Fonte: Cadastros do CRAS Padre Faria. Elaborado pela discente, em 2024.

Entre as 278 mulheres participantes desta pesquisa, 271 declararam ser solteiras (representando 97,5%), 6 mulheres se declararam viúvas (representando 2,2%) e 1 mulher se declarou divorciada (representando 0,3%). Com base nas informações sobre o estado civil fornecidas pelas usuárias, foi construído o Gráfico 4.

As mulheres que se declararam casadas não foram incluídas na pesquisa, pois, segundo seus cadastros, moram com seus parceiros e genitores dos filhos, o que sugere que os pais participam da criação das crianças. Portanto, essas mulheres não foram consideradas mães solo.

Dessa forma, pode-se concluir que a maioria das mulheres da pesquisa são solteiras, representando 97,5% do total de participantes.

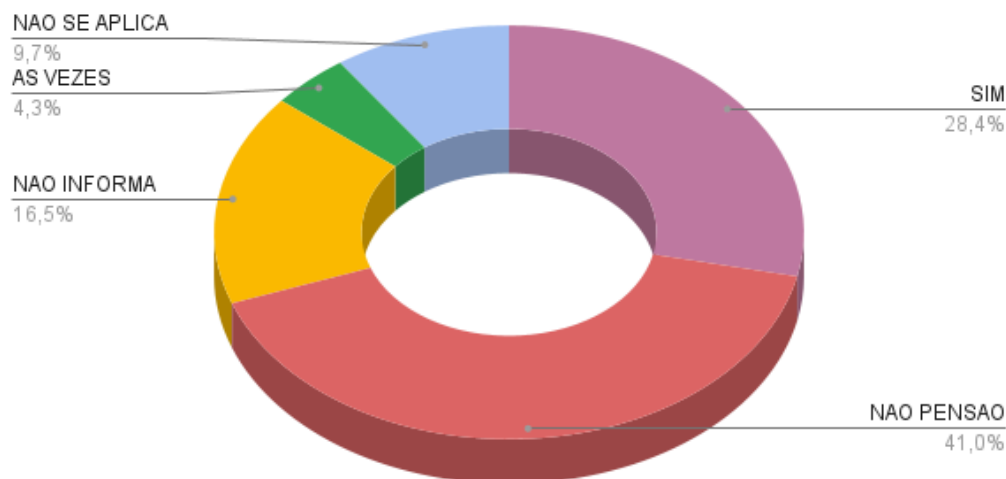
GRÁFICO 5: USUÁRIAS QUE RECEBEM O BOLSA FAMÍLIA

Fonte: Cadastros do CRAS Padre Faria. Elaborado pela discente, 2024.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição do benefício Bolsa Família (BF) entre as 278 mulheres da pesquisa. A distribuição foi a seguinte: 180 mulheres (representando 64,7%) recebem o BF. 84 mulheres (representando 30,2%) não recebem o BF. e 14 mulheres (representando 5,1%) não têm essa informação registrada em seus cadastros.

A partir desses dados, pode-se constatar que a maioria das mulheres da pesquisa recebem o benefício, com 64,7% delas sendo beneficiárias do Bolsa Família.

GRÁFICO 6: USUÁRIAS QUE DECLARAM RECEBER PENSÃO ALIMENTÍCIA



Fonte: Cadastros do CRAS Padre Faria. Elaborado pela discente, em 2024.

A partir do total de 278 mulheres, a distribuição quanto à pensão alimentícia é a seguinte: 114 mulheres (representando 41,0%) declararam não receber pensão alimentícia do/dos genitor(res). 79 mulheres (representando 28,4%) declaram receber pensão alimentícia. 12 mulheres (representando 4,3%) recebem às vezes. 46 mulheres (representando 16,5%) não informaram sobre o recebimento de pensão alimentícia, e 27 mulheres (representando 9,7%) não se aplicam (casos de mulheres viúvas ou cujos filhos não residem no mesmo domicílio).

O Gráfico 6 apresenta os dados construídos a partir da declaração das usuárias. Consta-se que a maioria das beneficiárias não recebe pensão alimentícia dos genitores, com 41,0% delas não recebendo o benefício. Esse dado expõe o alto índice de famílias que são abandonadas pelos genitores.

Nesse sentido, a autora Carvalho (2018 apud Maia; Santos, 2024), também observa a crescente responsabilização das famílias, especialmente as pobres, e a precarização das condições de vida, que se agrava pela retração da proteção estatal. Apesar dessas mudanças, o conceito de familismo persiste na PNAS, que ainda responsabiliza excessivamente as famílias, principalmente as mulheres, por questões de bem-estar social, muitas vezes além de suas capacidades.

Esse modelo não tem atendido adequadamente às novas configurações familiares,

especialmente nas famílias de baixa renda, sobrecarregadas pela dupla jornada das mulheres e pela necessidade de cuidados com idosos e outros dependentes. Critica-se a ineficácia das políticas públicas em enfrentar as desigualdades sociais, destacando que a proteção social ainda está muito centrada na família, em vez de proporcionar suporte efetivo.

Dessa forma, Silva e Teixeira (2020), apontam a dualidade da proteção social no capitalismo, que atende às necessidades do mercado, enquanto as famílias continuam sendo responsabilizadas pela proteção social, o que muitas vezes resulta em violações de direitos. Eles defendem que a assistência social deve reduzir as responsabilidades das famílias, tornando seus membros mais autônomos.

Nesse viés, Carvalho (2018), também critica a naturalização da responsabilização das famílias, especialmente as de baixa renda, pelas suas condições de vida, em um contexto de precarização do trabalho e desigualdade social. Há a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de romper barreiras culturais que culpabilizam as famílias pela sua situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto e com base na pesquisa realizada pela discente pode-se indicar que as mulheres negras especialmente as mães solo, constituem o público majoritário atendido pelo CRAS Padre Faria, com base nos bairros Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade, atendidas no ano de 2023 e 2024. Essa análise aborda como o capitalismo, o racismo, o machismo e as desigualdades estruturais contribuem para essa realidade, resultando em dificuldades significativas para mulheres negras, como sobrecarga de responsabilidades domésticas, escassez de apoio financeiro e emocional, e discriminação racial, que limitam o acesso aos seus direitos.

Embora o CRAS forneça serviços essenciais como o Bolsa Família e as cestas básicas, a falta de recursos, infraestrutura adequada e o preconceito estrutural dificultam a eficácia da PNAS. A reflexão sobre o papel do CRAS aponta a necessidade de vê-lo não apenas como um apoio à sobrevivência, mas como um potencial espaço de transformação social. Além disso, a história de Ouro Preto, com sua origem marcada pela exploração de escravizados africanos e indígenas na mineração, revela as profundas raízes do racismo e a formação de uma sociedade desigual, influenciada por um capitalismo dependente que explora a força de trabalho e reforça as divisões sociais.

A cidade em que pertence a instituição é Ouro Preto (MG), que foi marcada pela exploração econômica, com a mineração como pilar da economia. O racismo e a marginalização dos negros, inicialmente escravizados, continuam a se manifestar nas práticas sociais e políticas, incluindo na PNAS. O capitalismo dependente contribui para a exclusão de setores populares e trabalhadores, e a precarização das condições de vida e trabalho reflete a continuidade da desigualdade. A luta por direitos no Brasil, ao longo da história, refletiu as lutas das classes sociais subordinadas, com destaque para as mulheres negras, que, em um contexto de pobreza e marginalização, enfrentam desafios econômicos, emocionais e sociais.

Esse capitalismo dependente é fortemente marcante em nosso país. Nesse contexto, a precarização do trabalho e a alienação do trabalhador são intensificadas, e o Estado, ao adotar políticas assistencialistas e clientelistas, desmobiliza a classe trabalhadora, impedindo a organização e transformação de demandas sociais em direitos, enquanto reforça a dominação das elites burguesas.

Esse modelo de sociabilidade vigente reflete-se na PNAS, que age em sua maioria das vezes de forma paliativa, sem agir nas causas estruturais da desigualdade. Nesse contexto, o

racismo histórico e estrutural agrava essa situação de desigualdade, afetando principalmente as populações negras, que enfrentam pobreza, exclusão social e estigmatização nas políticas públicas. Em uma sociabilidade capitalista, machista e racista, o assistente social é permeado por diversos desafios e deve buscar uma posição antirracista e compreender as implicações do racismo nas práticas de assistência.

Um desses desafios é a concepção da família na PNAS, que busca focar na família como unidade de intervenção, desconsiderando as causas estruturais da pobreza e podendo recair na culpabilização das famílias por sua situação permeada por expressões da QS, especialmente em contextos de discriminação racial e marginalização. No contexto brasileiro, caracterizado pela dependência econômica de potências externas, o racismo vai além de atos individuais de preconceito, afetando de maneira desproporcional negros e negras. Este cenário de exclusão e violência revela um ciclo de marginalização, com mortes e adoecimento decorrentes de diversas formas de violência racial, como o genocídio, violência obstétrica e encarceramento em massa, que perpetuam a desigualdade social.

O Serviço Social surge no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com uma base conservadora e voltado para o ajustamento social, focando no indivíduo e não nas estruturas sociais. Sua gênese é vinculada ao capitalismo e à Igreja Católica, a profissão foi desenvolvida alinhada aos interesses do Estado e da classe dominante. A partir da década de 1960, com o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social começou a questionar suas práticas e fundamentos teóricos, especialmente após a CF de 1988, que estabeleceu a Seguridade Social. No entanto, desde a década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, as políticas sociais passaram a ser focadas em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, enquanto o Serviço Social se viu limitado a um papel assistencialista, gerenciando consequências da desigualdade sem combater suas raízes estruturais. A partir de 2016, as políticas sociais passaram por um processo de diminuição e enfraquecimento de direitos e garantias sociais, como cortes em programas de assistência social, restrição de benefícios e a implementação de novas regras que priorizam uma menor intervenção do Estado no bem-estar social. Nesse contexto, os assistentes sociais enfrentam o desafio de conciliar a defesa dos direitos da classe trabalhadora com a realidade do mercado de trabalho e da sociedade capitalista.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida nesse contexto, desempenha um papel fundamental na luta contra o racismo institucional e estrutural, refletindo a necessidade de uma abordagem ética e comprometida com os direitos humanos. A resistência ao racismo nas

políticas públicas e nas práticas profissionais é essencial para enfrentar as desigualdades raciais. O CEP de 1993, que inclui a não discriminação como um princípio fundamental, exemplifica o compromisso da profissão com a luta antirracista, destacando a importância da reflexão crítica e da ação direta para desvelar e combater as práticas discriminatórias nas instituições.

As políticas sociais brasileiras, segundo Miotto (2015), refletem uma perspectiva de familismo, onde o Estado assume deveres mínimos, responsabilizando a família ou a comunidade pela promoção do bem-estar, sem uma participação significativa do Estado. A institucionalização da proteção social no Brasil, conforme Neto, H. (2021), esteve inicialmente ligada a um modelo de seguro social, beneficiando apenas a classe trabalhadora formal, excluindo grupos como trabalhadores domésticos e mulheres dependentes do marido. Apesar da inserção das mulheres no mercado de trabalho, a divisão desigual das tarefas domésticas gerou uma dupla jornada de trabalho para elas. A partir da década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais, houve uma parceria entre Estado, mercado e sociedade, promovendo esquemas pluralistas de bem-estar, com maior foco em transferências de renda para as mulheres. A partir da CF de 1988, com a criação do sistema de seguridade social, a família passou a ser central nas políticas de saúde, previdência e assistência social, consolidando essa última como um direito social e destacando a família como núcleo privilegiado para as ações de proteção social.

Nesse viés, Saffioti (1987), expõe que o patriarcado, o racismo e o capitalismo são apresentados como estruturas entrelaçadas que perpetuam a subordinação das mulheres e minorias. A autora argumenta que a sociedade capitalista é estruturada por três contradições interligadas: classe, raça e gênero, que formam um nó complexo, refletindo a conexão entre capitalismo e patriarcado. Ela destaca que o capitalismo promove a separação entre o local de moradia e o de trabalho, forçando as mulheres a saírem de casa para garantir sua sobrevivência e a de seus dependentes, embora já trabalhassem no ambiente doméstico antes da industrialização. O patriarcado e o racismo, segundo a autora, são elementos que permitem a maximização dos lucros capitalistas. O capitalismo neoliberal, por sua vez, exacerba a concentração de riqueza e a desigualdade social, gerando crises, conflitos e barbárie. Em resposta a esse cenário, Saffioti aponta a necessidade de uma revolução social e política que enfrente as desigualdades de classe, gênero, raça e etnia, promovendo uma nova forma de sociabilidade mais igualitária e sem as violências e desigualdades do sistema atual.

De acordo com a autora Saffioti (1987), a classe dominante possui grande interesse na

existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Pois quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições de trabalho e por baixos salários. Dessa forma, a verdadeira democracia só poderá ser instaurada quando se destruir o trio patriarcado-racismo-capitalismo. Esse trio deve ser considerado enquanto relações de poder para ser possível alcançar uma democracia racial e sexual. Assim, a autora destaca que as discriminações são construções sociais e podem dessa forma ser socialmente destruídas.

A mulher negra enfrenta uma dupla opressão, racial e de gênero, em um contexto estruturado pelo racismo, capitalismo e patriarcado, que perpetuam desigualdades sociais e limitam sua liberdade. A intersecção do racismo e do patriarcado aumenta a exposição a formas de violência e contribui para a exclusão afetiva e social das mulheres negras. Estudos apontam que a solidão dessas mulheres não se restringe às relações afetivas, mas também à ausência de pertencimento a instituições e espaços sociais, agravada pelo racismo e pela marginalização nas relações familiares e sociais. Assim, essa solidão é uma imposição social, e a mulher negra é frequentemente preterida, o que gera sentimentos de rejeição e isolamento, impactando sua saúde e bem-estar, especialmente em um contexto em que a sociedade mantém suas raízes racistas e excludentes.

Dessa forma, este TCC aborda a solidão vivenciada pela mulher negra e mãe solo, diretamente relacionada ao alto índice de abandono paterno nos bairros: Alto da Cruz, Morro Santana e Piedade, atendidos pelo CRAS Padre Faria nos anos de 2023 e/ou 2024. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir, principalmente, para os/as profissionais do Serviço Social, incentivando a reflexão sobre suas práticas cotidianas e o alinhamento à luta antirracista.

Os serviços que atendem populações vulneráveis podem desempenhar um papel fundamental na transformação social, promovendo uma prática profissional que estimule a reflexão crítica e a construção de indivíduos pensantes e atuantes na sociedade. Além disso, pretende-se apresentar os resultados desta pesquisa aos usuários e profissionais do CRAS Padre Faria, sugerindo a inclusão do quesito raça/cor nos cadastros institucionais. Por fim, é essencial ampliar o debate sobre as mães solo na região, possibilitando avanços na pesquisa e maior visibilidade para essa realidade.

A plenitude do prazer só pode ser alcançada quando nenhuma dimensão da personalidade do ser humano — homem ou mulher — é impedida de se desenvolver. Por que não permitir, e mesmo estimular, o desenvolvimento da razão nas mulheres?

Por que não incentivar o homem a não reprimir a dimensão afetiva de sua personalidade? Ambos seriam mais completos e, portanto, mais capazes de sentir e dar prazer. Das relações assimétricas e desiguais entre homens e mulheres derivam prejuízos para ambos. Basta observar atentamente o tipo mais frequente de relações homem-mulher para se chegar a esta conclusão. Cabe, então, perguntar: a quem beneficia este estado de coisas, já que forças poderosas tentam, de todos os modos, impedir que nele se operem mudanças (Saffioti, 1987, p.20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. Disponível em: <<https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/ALMEIDA-2019.-O-QUE-%C3%89-RACISMO-ESTRUTURAL.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Capítulo 1: A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. 2013. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1402782>>. Acesso em 20 nov. 2024.

ARAÚJO, A. **A reforma da previdência da Emenda Constitucional nº 103/2019 e a exigência de uma idade mínima para aposentadoria.** 2019. [dissertação]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11147/1/AS_Araujo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BASTOS, A. **Como provar que sou negro nas cotas raciais de concurso?** 2024. Disponível em: <https://concursos.adv.br/negro-cotas-de-concurso/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BERTOLLO, Kathiúça. **Classes e movimentos sociais: reflexões a partir do contexto da mineração extrativista e da formação em serviço social na UFOP.** 2021.

BISPO, Denise; SANTOS, Denise. Universidade Federal de Sergipe - UFS. **Para além dos fios: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade.** São Cristóvão, Sergipe - Brasil, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12526/2/DENISE_BISPO_SANTOS.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

BOSCHETTI, I., BEHRING, E. R., SANTOS, S. M. D. M. D., & MIOTO, R. C. T. (2008). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.ser.puc-rio.br/3_PEREIRA.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CARLOTO, Cássia Maria; NOGUEIRA, Bárbara Weinert Ferreira. **Família, gênero e**

proteção social | Family, gender and social protection. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 16, n. 42, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/39407>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CARVALHO, Poliana de Oliveira. **A proteção social em tempos de acirramento do capital: a família como recurso estratégico.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22405>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CASTILHO, Cleide; CARLOTO, Cássia. **O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero?** In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas.** Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924019/pageid/128> >. Acesso em: 24 jan. 2025.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. **O sistema de proteção social brasileiro, política de Assistência Social e a atenção à família.** In: **Pensando família,** Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a11.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2025.

CRUZ, A. C. S.; MARX, Karl. **A chamada acumulação primitiva.** *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20519>. Acesso em: 25 jan. 2025

CORSI, Francisco Luiz. **O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes.** In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7661466/mod_resource/content/1/DAVIS_Mulheres%2C%20Raca%20e%20Classe.pdf>. Acesso em 10 dez. 2024.

EURICO, Márcia Campos. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 133. set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

G1, **BRASIL TEM MAIS DE 11 MILHÕES DE MÃES QUE CRIAM OS FILHOS SOZINHAS**. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/2020.1/uso-de-indicadores-sociais/texto-iamamoto-capital-fetiche/at_download/file>. Acesso em 10 dez. 2024.

_____ **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, (Lima, Peru): CELATS, 2006.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec. 1978.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em 24 dez. 2024.

LEITE, Terezinha Lobo. **Ouro Preto - Me Orgulho de Você**. São Paulo: Lemos, 2005.

LIMA, Souza. **Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes**. R. Katál., Florianópolis, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n3p353/35087>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MAIA, Luana; SANTOS, Márcia. **Os novos arranjos familiares e a política de proteção social: apontamentos do censo demográfico em um comparativo com o Cadastro Único e Programa Bolsa Família**. Londrina, PR; 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3797/3372>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MANZANO, Sofia. **Quem é a classe trabalhadora brasileira?** 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/12/03/quem-e-a-classe-trabalhadora-brasileira/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/MARTINELLI-%20M.%20Lucia.%20Servico%20social%20-%20identidade%20e%20alienacao.pdf/at_download/file>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARX, K. **O Capital: livro 1, tomo 2 - Os economistas**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7915925/mod_resource/content/0/Marx%20-%20O%20capital%20-%20Livro%201%20-%20tomo%201%20-%20Os%20Economistas%20-%20Nova%20Cultural%29.pdf>. Acesso em 23 dez. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Lisboa: Editorial Avante, 1997. Disponível em: <https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editori

[al_avante.pdf](#)>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Norma Operacional Básica (NOB-SUAS)**. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **O que é uma família unipessoal?** GOVBR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas_frequentes/faq-2013-gst-novas-orientacoes-sobre-documentacao-e-novos-procedimentos-para-cadastramento-de-familias-unipessoais/13-o-que-e-uma#:~:text=Para%20o%20Cadastro%20%C3%9Anico%2C%20uma,parte%20de%20uma%20fam%C3%ADlia%20unipessoal.> Acesso em: 24 jan. 2025.

MIOTO, Regina Célia T.; CAMPOS, Marta S.; CARLOTO, Cássia M. **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. *E-book*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924019/>> . Acesso em: 15 set. 2024.

MOSER, L.; MULINARI, B.A.P.M. **Proteção social e família: o caráter familista da política social no Brasil**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180134/101_00049.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

NETO, H. A. **FAMILISMO E PATRIARCADO: uma análise das violências capilarizadas**

no gerenciamento das políticas públicas. 2021. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_114_114612eb84e6e35a.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em 20 jan. 2025.

_____. Capitalismo monopolista e serviço social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/01/O-Brasil-fora-do-armario-1.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

PAIVA, Beatriz; OURIQUES, Nildo. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: Quão distante está o horizonte?** *Katálysis*, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/GLKVhgxtXMX7QOWzysmhdK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PELLANDA, Andressa; FROSSARD, Marcele (Coord.). **Adolescentes em medidas socioeducativas**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/estudo_medidas_socioeducativas_comecapa.pdf>. Acesso em 18 dez. 2024.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <http://www.ser.puc-rio.br/5_PEREIRA.pdf>. Acesso em 19 dez. 2024.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. **Vila Rica dos “pretos”: sociabilidade e estratégias escravas em Minas Colonial (1755-1815)**. 2006. Monografia (Curso de História) –

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, MG, 2006. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/historia//files/2013/11/2006-VILA-RICA-DOS-%e2%80%9cPRETOS%e2%80%9d-SOCIABILIDADE-E-ESTRAT%e3%89GIAS-ESCRAVA S.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf>. Acesso em 24 dez. 2024.

SILVA, Diego; BARBOSA, Anália. **Política Brasileira de Assistência Social e o Serviço Social: atuação profissional frente à consolidação e ampliação dos serviços**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís/Maranhão, 2015. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/politica-brasileira-de-assistencia-social-e-o-servico-social-atuacao-profissional-frente-a-consolidacao-e-ampliacao-dos-servicos.pdf>>. Acesso em 5 jan 2025.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c8cc4352-29f0-4eb8-a3e7-2ae94be645e5/content>> . Acesso em: 18 nov. 2024.

SILVA, M. **A solidão da mulher negra**. 2021. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Enfermagem. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/efe47ea4-607b-4b41-9d9d-a4d6f72a4536/content>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, P. **Reforma trabalhista: principais mudanças, aplicação e atuação dos sindicatos**. Faculdade Nossa Senhora Aparecida, Ciências Contábeis, Trabalho de Conclusão de Curso. Aparecida de Goiânia, 2017. Disponível em: < <http://www.unifanap.com.br/Repositorio/57.pdf> >. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Rosa Neide Lopes Monteiro da; TEIXEIRA, Solange Maria. **Política de assistência social: entre o familismo e a desfamilização**. Emancipação, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <[Vista do Política de Assistência Social: entre o familismo e a desfamilização](#)>. Acesso

em: 20 jan. 2025.

OYÉWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução :Juliana Araújo Lopes. CODESRIA, 2004. Disponível em:<https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_c_onceitualizando_o_g%C3%AAnero.os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

YAZBEK, **Vista do Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro.** 2018. Disponível em:<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215/24769>>. Acesso em: 14 set. 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento – Coleta de Dados para TCC

Eu, Fátima Baudson, Coordenadora do CRAS Padre Faria, localizado no endereço: R: Desidério de Matos, nº 769, bairro Padre Faria em Ouro Preto MG, compreendo os propósitos acadêmicos, os procedimentos metodológicos e os objetivos da pesquisa realizada pela discente: Palloma Efigênia Quirino, aluna do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Aplicadas (UFOP), situado à Rua do Catete, nº 166, Prédio Pe. Avelar, Centro - Mariana-MG. Ressalto que os dados dos usuários são sigilosos e acessíveis apenas pelas técnicas da instituição, e que a pesquisa foi realizada durante 12/09/2024 à 11/12/2024.

Autorizo, portanto, que a aluna tenha acesso a esses dados de forma a manter o sigilo dos usuários, e o uso dos resultados obtidos nesta entrevista para fins de pesquisa. Autorizo, também, a divulgação pública dos resultados deste trabalho e entendo que os mesmos não serão usados para fins lucrativos.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DE FATIMA REIS BAUDSON
Data: 20/03/2025 21:12:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINATURA DA COORDENADORA DO CRAS PADRE FARIA